

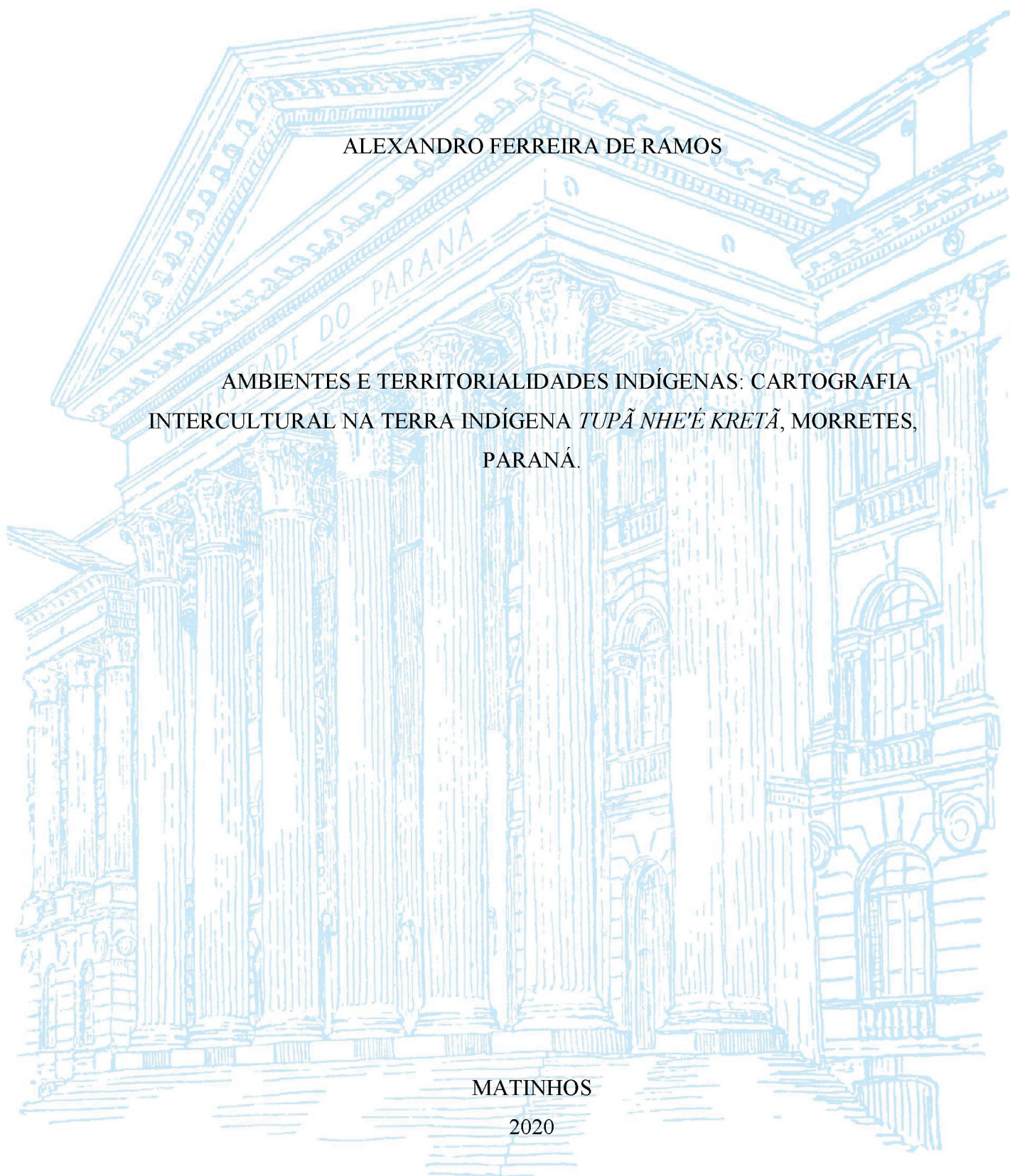
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALEXANDRO FERREIRA DE RAMOS

AMBIENTES E TERRITORIALIDADES INDÍGENAS: CARTOGRAFIA  
INTERCULTURAL NA TERRA INDÍGENA *TUPÃ NHE'É KRETÃ*, MORRETES,  
PARANÁ.

MATINHOS

2020



ALEXANDRO FERREIRA DE RAMOS

AMBIENTES E TERRITORIALIDADES INDÍGENAS: CARTOGRAFIA  
INTERCULTURAL NA TERRA INDÍGENA *TUPÃ NHE'É KRETÃ*, MORRETES,  
PARANÁ.

Dissertação apresentada ao Mestrado  
Profissional em Rede Nacional para o Ensino  
das Ciências Ambientais, Universidade Federal  
do Paraná, Setor Litoral, como requisito parcial  
à obtenção do título de Mestre em Ciências  
Ambientais

Orientadora: Profa. Dra. Ana Elisa de Castro  
Freitas

MATINHOS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte  
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

R175 Ramos, Alexandre Ferreira de

Ambientes e territorialidades indígenas: cartografia intercultural na terra indígena tupã nhe'é kretã, Morretes, Paraná / Alexandre Ferreira de Ramos ; orientadora Ana Elisa de Castro Freitas. – 2020.

91 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral Matinhos/PR, 2020.

1. Cultura Indígena. 2. Morretes (PR). 3. Litoral do Paraná. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 305.898



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR LITORAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO REDE NACIONAL PARA  
ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS - 33002045070P4

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ALEXANDRO FERREIRA DE RAMOS** intitulada: **Ambientes e territorialidades indígenas: cartografia intercultural na Terra Indígena Tupã Nhe'é Kretã, Morretes, Paraná.**, sob orientação da Profa. Dra. ANA ELISA DE CASTRO FREITAS, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 30 de Abril de 2020.

Assinatura Eletrônica

30/04/2020 17:07:30.0

ANA ELISA DE CASTRO FREITAS

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

30/04/2020 17:24:21.0

SUZANA MARQUES RODRIGUES ALVARES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

Assinatura Eletrônica

30/04/2020 18:54:17.0

MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a duas mulheres especiais que carregam o tempo com elas, minha mãe Ana Rosa Ferreira de Ramos (in memoriam) que carregou minhas alegrias do passado e minha filha Nicole Germiniano de Ramos que traz alegria ao presente.

Também dedico este trabalho à Profa. Dra. Ana Elisa de Castro Freitas minha orientadora pelos ensinamentos, dedicação e compreensão nessa trajetória difícil e cheia de percalços.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus/Nhanderu/Topê pela vida e pelas possibilidades que ela carrega.

À minha orientadora Profa. Dra. Ana Elisa de Castro Freitas por ter me orientado e apoiado nessa trajetória e aberto novos horizontes de pensamento.

À minha esposa Josiane Germiniano de Ramos e minha filha Nicole Germiniano de Ramos por estarem ao meu lado nessa caminhada.

Aos demais professores do Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais, Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, cada qual com suas contribuições a evolução do meu pensamento.

Aos meus colegas pelo apoio e pelos diálogos enriquecedores.

A meu Pai Vilson Ferreira de Ramos, que traz no seu modo de pensar os saberes que indicam que outros mundos são possíveis.

A meus Irmãos Marcos, Eliezer, Débora e Valderes por estarem ao meu lado na trajetória da vida, também a meus demais parentes.

Aos meus amigos e colegas do Colégio Estadual Rocha Pombo pelo companheirismo.

Aos moradores da terra indígena *TUPÃ NHE'É KRETÃ*, em especial aos professores Florêncio *Reykàg* Fernandes e Nei da Silva que muito ajudaram nessa caminhada.

Também agradeço à Agência Nacional de Águas ( ANA) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ( CAPES)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ( CAPES) e da Agência Nacional de Águas ( ANA).

## RESUMO

Esta dissertação discorre sobre estudos ambientais desenvolvidos na Terra Indígena *Tupã Nhee Kretã*, município de Morretes, Litoral do Paraná, em uma perspectiva intercultural e interdisciplinar, focalizada desde os campos da Geografia e da Educação. Esta terra indígena integra parcela dos territórios dos povos indígenas Kaingang e Guarani. O estudo busca estabelecer o reconhecimento dos ambientes da terra indígena a partir do diálogo entre os conhecimentos oriundos das ciências ambientais e os conhecimentos indígenas. Como resultado, apresentamos representações desses ambientes em cartografias resultantes do diálogo entre o geógrafo pesquisador/professor e os indígenas/professores, enquanto interlocutores de pesquisa. Metodologicamente, o estudo dialoga com aportes das etnociências, na medida em que os elementos ambientais identificados pelos interlocutores indígenas são apresentados em linguagem cartográfica, mas sem perder sua significação cultural. Situada nos inter campos disciplinares da geografia, antropologia, ecologia, educação, arte e história, a pesquisa encontra seu centro no diálogo entre os sujeitos da pesquisa, buscando estabelecer uma interface educacional e de pesquisa compartilhada.

**Palavras-chave:** Cartografia intercultural, Território, Paisagem, Povos indígenas, Ciências Ambientais

## ABSTRACT

This dissertation discusses environmental studies developed in the *Tupã Nhee Kretã* Indigenous Territory, municipality of Morretes, Coast of Paraná, in an intercultural and interdisciplinary perspective, focused from the fields of Geography and Education. This indigenous land forms part of the territories of the Kaingang and Guarani indigenous peoples. The study seeks to establish the recognition of indigenous land environments through the dialogue between knowledge from environmental sciences and indigenous knowledge. As a result, we present representations of these environments in cartographies resulting from the dialogue between the researcher /teacher geographer and the indigenous /teachers, as research interlocutors. Methodologically, the study dialogues with contributions from ethno-sciences, insofar as the environmental elements identified by indigenous interlocutors are presented in cartographic language, but without losing their cultural significance. Located in the disciplinary fields of geography, anthropology, ecology, education, art and history, research finds its center in the dialogue between the research subjects, seeking to establish an educational and shared research interface

**Keywords:** Intercultural cartography, Territory, Landscape, Indigenous peoples, Environmental Sciences



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- O AUTOR, PALESTRANDO DURANTE A MANHÃ DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO COLÉGIO ESTADUAL ROCHA POMBO, MORRETES, INVERNO DE 2017 .....	21
FIGURA 2 - VISITA DE PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS À TI <i>TUPÃ NHEE KRETÃ</i> , MORRETES, JUNHO DE 2017. FONTE: ARQUIVO PESSOAL.....	24
FIGURA 3- ENCONTRO DE JOVENS INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS EM FRENTE À ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA EMILIA <i>JERA POTY</i> , TI <i>TUPA NHEE KRETÃ</i> , MORRETES.....	28
FIGURA 4- LOCALIZAÇÃO DA TERRA INDÍGENA TUPÃ NHE'E KRETÃ (ELABORADA PELO AUTOR).....	31
FIGURA 5- MAPA DE GEOMORFOLOGIA (ELABORADO PELO AUTOR).....	34
FIGURA 6- DESNÍVEIS NA TOPOGRAFIA DA ÁREA DE ESTUDOS. MAPA HIPSOMÉTRICO (ELABORADO PELO AUTOR).....	35
FIGURA 7 - MAPA DE HIDROGRAFIA LOCAL. (ELABORADO PELO AUTOR).....	36
FIGURA 8- MAPA DE SOLOS DA TERRA INDÍGENA TUPÃ NHEE KRETÃ (ELABORADO PELO AUTOR).....	37
FIGURA 9- PERFIL DE VEGETAÇÃO. ADAPTADO PELO AUTOR DE PARANÁ (2002, P.20).....	39
FIGURA 10- MAPA DE VEGETAÇÃO. ADAPTADO PELO AUTOR DE PARANÁ (2002, P 20).....	40
FIGURA 11- MAPA DE CLIMA (ELABORADO PELO AUTOR).....	41
FIGURA 12- ÁREA DE OCUPAÇÃO KAINGANG E GUARANI. ADAPTADOS DE NOELLI E SOUZA (2017) E BONOMO ET ALI (2015).....	46
FIGURA 13- KAINGANG NO SÉCULO XIX E XX. FONTE: KAINGANG EM 1862, KOENIGSWALD (1908), E ACERVO MUSEU DO ÍNDIO, EM 1950.....	47
FIGURA 14- CLASSIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DO RELEVO. ADAPTADO DE AGUIRRE NEIRA (2008, P.85, QUE POR SUA VEZ ADAPTAM DE FREITAS, 2007).....	61
FIGURA 15: ANÉIS DE TERRITORIALIDADE KAINGANG (FONTE: FREITAS, 2005, P.354).....	68

FIGURA 16- ECONOMIA KAINGANG. ADAPTADO DE ALMEIDA & TOMMASINO  
(2014, P.27).....69

FIGURA 17- ETNOCARTA - FONTE: IMAGEM VETORIZADA SOBRE FOTOGRAFIA  
DO MAPA ORIGINAL ELABORADO PELA COMUNIDADE INDÍGENA DE TUPÃ  
NHEE KRETÃ.....70

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: ELEMENTOS DA ÁREA CENTRAL .....	71
TABELA 2: ELEMENTOS DA ÁREA INTERMEDIÁRIA.....	73
TABELA 3: ELEMENTOS DA ÁREA EXTERNA.....	75

## **LISTA DE SIGLAS**

TI - Terra indígena

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>18</b>
<b>3 ITINERÁRIO METODOLÓGICO DE UMA PESQUISA INTERCULTURAL</b>	<b>20</b>
3.1 ENTRANDO EM CAMPO: UM RELATO PESSOAL.....	20
3.2 PESQUISADOR-PROFESSOR EM CAMPO : HORIZONTE INTERCULTURAL E ENSINO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS.....	23
3.3 VOLTANDO AO CAMPO: PROFESSOR-PESQUISADOR, PESQUISADOR- PROFESSOR.....	26
<b>4 METODOLOGIA DE PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA .....</b>	<b>28</b>
4.1 DELIMITAÇÃO DE UNIDADES DA PAISAGEM.....	29
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: LOCALIZAÇÃO.....	31
4.3 GEOLOGIA.....	32
4.4 GEOMORFOLOGIA.....	33
4.5 ALTIMETRIA.....	34
4.6 HIDROGRAFIA.....	35
4.7 SOLOS.....	36
4.8 VEGETAÇÃO.....	37
4.9 CLIMA.....	41
<b>5 UM BREVE OLHAR SOBRE OS POVOS INDÍGENAS KAINGANG E GUARANI.....</b>	<b>42</b>
5.1 A PRESENÇA KAINGANG E GUARANI NA ÁREA DE ESTUDO.....	45
5.2 TERRITÓRIO E MITO KAINGANG.....	47
5.3 OS GUARANIS SEU TERRITORIO E SEUS MITOS.....	49

<b>6 O ESPAÇO AMERÍNDIO EM <i>TUPA NHEE KRETÃ</i>.....</b>	<b>51</b>
<b>6.1 <i>GA</i> – TERRA.....</b>	<b>56</b>
<b>6.2 <i>GOJ</i> – ÁGUA.....</b>	<b>57</b>
<b>5.3 <i>YVY</i> – TERRA.....</b>	<b>59</b>
<b>6.3 <i>YY</i>– ÁGUA.....</b>	<b>62</b>
<b>7 ETNOCARTOGRAFIA.....</b>	<b>64</b>
<b>8 A GEOMETRIA DO TERRITÓRIO.....</b>	<b>67</b>
<b>9 ETNOCARTA DE TUPÃ NHE'E KRETÃ.....</b>	<b>70</b>
<b>9.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE TOPONÍMIA.....</b>	<b>75</b>
<b>10 A EDUCAÇÃO ESCOLAR E OS NOSSOS MITOS.....</b>	<b>76</b>
<b>11 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
<b>12 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>82</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio ambiente é um tema urgente e frequente na contemporaneidade. Embora sejam amplamente reconhecidos os desdobramentos negativos do modelo de desenvolvimento capitalista sobre os ambientes e sociedades humanas, em todo o planeta, os modelos alternativos em escalas locais nas relações humano-natureza não têm significado caminhos viáveis para a superação efetiva da crise ambiental contemporânea. As evidências apontam para consequências catastróficas dos padrões de produção e consumo urbano industrial em escala mundial, a partir de um modelo de desenvolvimento que enxerga apenas a possibilidade econômica em um mundo que carrega muitas dimensões. Segundo Carlos Walter Porto Gonçalves a natureza se define em nossa sociedade em oposição a cultura, sendo a cultura superior e capaz de dominar a natureza Gonçalves (1989, p.25).

Diferentemente, as sociedades indígenas atribuem múltiplos valores ao meio ambiente. O humano não é visto como alguém fora da “natureza”, mas como alguém que faz parte de uma rede de relações que envolve todos os seres (KRENAK, 2019).

O intelectual indígena Ailton Krenak (2019) relaciona a crise ambiental a um modelo e ideia de humanidade, contrapondo a ideia da existência de uma única humanidade. Alternativamente, fala de muitas formas de humanidade que ocorrem na Terra, sendo que os modelos de relação humano-natureza indígenas não reconhecem as separações sujeito objeto, natureza cultura, vigentes no modelo de humanidade capitalista dominante.

Esta perspectiva corrobora as pesquisas de uma geração de cientistas sociais. A historiadora Graciela Chamorro (2008, p.161), por exemplo, dedicada aos estudos de etnologia Guarani, diz que: “As sociedades indígenas, ao contrário, concedem à natureza características humanas e incluem-na num sistema social único.” Na mesma perspectiva, a pesquisa compartilhada da ambientalista e antropóloga Ana Elisa Freitas e do gestor ambiental Kaingang Douglas Jacinto da Rosa (no prelo, p.4) analisam a relação estabelecida pelos Kaingang com seu ambiente como elementos de uma trama: “No *jykre*/pensamento kaingang, a noção de *nhan ga* corresponde a vida ética nas tramas de *nēn pe*/floresta verdadeira, mata natureza, na qual os enlaces entre seres, matérias, fluídos e fluxos de *ga*/terra estão íntegros, abertos e plenos de reciprocidade“.

Já há algum tempo tem sido discutida a possibilidade de tratar a Terra como um ente de direitos. Os debates em torno da construção das constituições do Equador e da Bolívia

incorporaram em parte essas inspirações dos pensamento indígenas em suas Cartas Constitucionais. O intelectual equatoriano Alberto Acosta (2016,p.28) propõe que, além do pensamento político, o saber científico também pode e deve se beneficiar do diálogo com os saberes ameríndios.

Reconhecendo-se a importância dessas contribuições, e tendo em vista a imensa diversidade de culturas autóctones que por milhares de anos ocupam o território brasileiro, torna-se imperativo estudar essas formas ancestrais de relação humano ambiente, de modo a ampliar os horizontes do ensino de ciências ambientais na contemporaneidade, por meio do registro e difusão de novas abordagens aos problemas ambientais que nos afligem.

Estudos arqueológicos, etno-históricos, antropológicos, ambientais revelam que, vivendo em uma grande diversidade de ambientes, as populações autóctones, indígenas ou ameríndias foram criando formas de vida que entrelaçam o conhecimento das dinâmicas naturais e o mundo mítico/religioso, resultando em um modo coerente de estar no mundo (ALMEIDA,2015; IRIARTE Et al, 2014;TOMMASINO,2002;POSEY,1986).

Tais ecologias resultam na otimização do uso dos recursos naturais, em regimes sustentáveis, garantindo sua continuidade às futuras gerações. Diversos estudos focalizando estes regimes revelam estratégias sofisticadas de manejo do meio natural (e.g. POSEY, 1986; FREITAS, 2005).

Esse grau de sofisticação fica muito claro no manejo do fogo entre alguns grupos Jê. Kayapós e Xavantes usam o fogo para grande diversidade de fins que vão da guerra e a caça à agricultura. Dessa forma foram ao longo de séculos de coevolução com o ambiente criando um mosaico de ambientes com ilhas de recursos que tem permitido o enriquecimento do ambiente e permanência de seu sistema cultural, como explica Leonel (2000, p.284). Esses usos do fogo são planejados e cuidadosamente acompanhados, carregando uma intencionalidade racional, pois seu uso indiscriminado levaria à destruição desses recursos. Mas essa sofisticação do pensamento passa despercebida quando vista pelas lentes fragmentadoras da ciência ocidental. O único modo de se superar essa fragmentação é olhar o saber ameríndio como companheiro de dialogo em vez de um objeto de estudo.

Como propõe Gonçalves (1989, p.23) “Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja natureza”, e é sobre essa ideia que irá construir seu modo de estar no mundo. Embora o termo português “natureza” não tenha equivalente nas línguas Kaingang e Guarani, pelo fato de que a ideia de natureza como algo que exclui o



humano não existe nessas culturas, possuem uma riqueza de termos para designar o seu ambiente.

Por isso conhecer o modo como as sociedades ameríndias pensam o seu ambiente e como isso determina as relações, pois como ainda afirma Gonçalves(1989, p.23) esse pensamento “Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura”.

Reconhecendo que essa relação na cultura ocidental não tem sido sustentável, torna urgente buscar subsídios para repensar nossa cultura e nossa relação com o meio ambiente. Nesse ponto as culturas ameríndias representam uma riqueza imensa de possibilidades que surgiram da coevolução dessas culturas com seu ambiente.

Existe o mito da natureza intocada, esse mito bastante popular, vem sendo desfeito pelas descobertas arqueológicas, estudos paleoclimatológicos entre outros, que tem vindo a luz nas últimas décadas. A realidade que vem sendo mostrada revela que populações tradicionais interagem com os seus ambientes sem precisar destruí-lo. Entre esses grupos os povos indígenas têm a mais longa história de interação com esses ambientes. Os livros didáticos e o próprio currículo geralmente ignoram esses fatos, seria uma grande contribuição a educação ambiental escolar comparar o tratamento dado ao meio, explorando alguns pontos.

Nessa direção, a presente pesquisa buscou estabelecer o reconhecimento dos ambientes da terra indígena Tupã *Nhee Kretã*, no município de Morretes, Litoral do Paraná, a partir do diálogo entre os conhecimentos oriundos das ciências ambientais e os conhecimentos indígenas, buscando a representação desses ambientes em cartografias interculturais.

Para tanto, buscou-se, em um primeiro momento, fazer o reconhecimento dos elementos ambientais presentes na terra indígena e mapear esses elementos ambientais formadores da paisagem. Nesse percurso, a pesquisa buscou conhecer as categorias étnicas de paisagem dos povos Guaraní e Kaingang e os recursos que, em suas perspectivas, são importantes para a reprodução dessas culturas. Metodologicamente, o estudo buscou um diálogo entre cartografia e etno cartografia mostrando suas complementaridades. Como resultado, foram elaboradas cartografias interculturais, com o objetivo de ampliar a abordagem das relações humano-natureza na educação ambiental, buscando destacar as contribuições dos conhecimentos ameríndios acerca de seus ambientes, em diálogo com os conhecimentos das ciências ambientais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente estudo parte do campo da Geografia, área de formação e atuação profissional do autor, para então buscar uma interface disciplinar com as ciências sociais, especialmente arqueologia, antropologia, educação e as ciências ambientais, especialmente a ecologia. Nesse sentido, inicialmente, a pesquisa voltou-se ao conhecimento dos elementos ambientais da região Litoral do Paraná, onde se localiza a terra indígena(TI) Tupã *Nhee Kretã*, desde a Geografia. O aporte teórico aqui apresentado será discutido ao longo dos demais capítulos.

Nesse percurso foram estudados materiais diversos, entre eles, o clássico de Reinhard Maack (2002), intitulado “Geografia Física do estado do Paraná”. Outros estudos mais recentes, produzidos nas últimas décadas por pesquisadores em universidades e instituições públicas, foram levantados e consultados para a definição de um estado da arte dos estudos ambientais (PARANÁ, 2002; IBGE, 1992; MINEROPAR, 2014).

No âmbito cartográfico, muitos resultados de estudos de geologia e geomorfologia estão disponíveis nas publicações da Mineropar (e.g. 2006; 2007; 2014), destacando-se o “Atlas Geomorfológico do Estado do Paraná”.

Em 2002, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná publicou o Mapeamento da Floresta Atlântica do Estado do Paraná, que se constituía de um conjunto de cartas e uma cartilha de apoio que permitiram um melhor conhecimento da vegetação do Estado do Paraná e seu estado de conservação. Não menos importante é o conjunto de materiais disponibilizados pelo Instituto de Terras e Cartografias/ITCG (2008, vários), que disponibiliza tanto materiais escritos quanto cartas.

Na busca de compreender as noções de espaço e territorialidade, bem como as tradicionais divisões da paisagem dos povos Guarani e Kaingang se buscou textos de autores que tem trabalhado com esses povos e estudado suas categorias, na perspectiva das etno ciências (POSEY, 1986).

Com relação aos estudos que focalizam ambientes e sociedades Guarani, destaca-se as pesquisas de Ana Elisa de Castro Freitas (2007), Maria Inês Ladeira (2007) e Zélia Maria Bonamigo (2006). Com relação ao estudo da cultura Kaingang, dentre os autores utilizados destaque Ana Elisa de Castro Freitas (2005; 2014; 2012), Kimiye Tommasino (2002), Rogério Reus Gonçalves da Rosa (2005), Moacir Haverroth (2007). Todos os autores trabalham

categorias que mostram como esses povos se reconhecem e se relacionam entre si, com a sociedade circundante e com seu meio ambiente.

Foram também levantados estudos produzidos por intelectuais indígenas acerca de seus ambientes, isoladamente ou colaborativamente, bem como de educadores indígenas atentos ao desafio dos estudos interculturais (e.g. NINHPRYG; 2016; JACINTO DA ROSA e FREITAS, 2015; FREITAS e JACINTO DA ROSA, no prelo), destacando-se as contribuições de egressos indígenas na Licenciatura Intercultural do Sul da Mata Atlântica, da Universidade Federal de Santa Catarina, por exemplo as pesquisas de Argeu Mig Amaral (2015) e dos irmãos Gilmar e Paulo dos Santos (2015).

Igualmente foi muito importante no aporte metodológico desse trabalho o diálogo com educadores indígenas, destacando-se o professor, mestre em Educação e doutorando em Antropologia Social, intelectual Kaingang Florêncio *Rejkàg* Fernandes e o licenciado em Educação Física, professor Nei da Silva, ambos professores que atuavam na área da educação na terra indígena *Tupã Nhee Kretã* no período da pesquisa.

Na área da educação, são importantes os aportes de Paulo Freire (2011) , Mariana Paladino, Stella Maris e colaboradores (2011), Maria Aparecida Bergamaschi e colaboradores (2012), Florencio *Rejkàg* Fernandes (2016), entre outros pesquisadores que contribuem para uma perspectiva intercultural na educação.

Para compreender melhor o trabalho com etno cartografia lançamos mão dos estudos de Hi-Fu Tuan (1980) para entender o papel da percepção na construção dos territórios. Para a compreensão da função política da representação cartográfica recorremos à obra de Harley (1988), que também nos dá princípios interpretativos da subjetividade na cartografia. Outros autores que trabalharam mais especificamente com o etno mapeamento nos dão subsídios para discutir sua legitimidade como Ataíde e Martins (2005), Bavaresco (2009) e Correia (2007).

Por fim, a escrita do trabalho busca valorizar a experiência do autor simultaneamente como professor, ambientalista e educador, buscando uma narrativa em primeira pessoa que revele o itinerário de uma pesquisa que se entrelaça com o agir docente. O diário de campo, as notas e diários de classe são fontes de registro pessoal dessa experiência que se entrelaça na pesquisa.

### 3 ITINERÁRIO METODOLÓGICO DE UMA PESQUISA INTERCULTURAL

#### 3.1 ENTRANDO EM CAMPO: UM RELATO PESSOAL

O contato com a comunidade que habita a Terra Indígena *Tupã Nhee'e Kretã* se deu a partir de duas situações distintas. Minha amiga Birgitte Tümmmler falou da aldeia e do trabalho que estavam fazendo na área indígena, que integra o município de Morretes, no Litoral do Paraná. Ela sugeriu que eu entrasse em contato com as lideranças da comunidade para, de alguma forma, conhecer e interagir.

A outra situação que me aproximou do campo dessa pesquisa envolve o planejamento de uma ação intercultural, envolvendo uma proposta educativa em comum, por demanda do campo de trabalho. Em 2017, estabeleci contato com o pedagogo indígena e mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá, intelectual Kaingang e professor da rede estadual de ensino do Paraná, Florêncio *Rejkàg* Fernandes, na ocasião residente na TI *Tupã Nhee Kretã*. Tive a oportunidade de interagir com o professor Florêncio no Colégio Estadual Rocha Pombo, na cidade de Morretes, onde leciono. Nosso contato se deu com a finalidade de planejar o ingresso no Colégio Estadual Rocha Pombo de estudantes egressos do Ensino Fundamental da Escola Indígena Emilia Jera Poty, localizada na TI Tupã Nhee Kretã, onde, a partir de 2018, cursariam o Ensino Médio. A filha de Florêncio já era aluna do Colégio Rocha Pombo no ano de 2017, fato que demonstra a interação da comunidade com a escola em que eu leciono, configurando um horizonte intercultural para o planejamento conjunto de atividades pedagógicas entre educadores das duas escolas. A partir desse momento os contatos foram surgindo e ganhando importância.

Nessa ocasião eu já havia iniciado minha pesquisa de mestrado, que em sua fase inicial buscava identificar solos com potencial cerâmico disponíveis nos territórios indígenas da Bacia Hidrográfica Atlântico Sul, especialmente um tipo de solo – o *Ore Kupri*, termo que na língua Kaingang designa um barro branco apreciado na confecção de utensílios e arte cerâmica (BÁLSAMO et ali, 2008). Nesse sentido, manifestei grande interesse em estreitar o contato com a comunidade de Tupã Nhee Kretã, me mostrando disponível a colaborar nesse processo. A vinda dos estudantes indígenas para o Colégio Rocha Pombo me motivou muito. Minhas pesquisas no mestrado criaram oportunidades. Fui convidado a falar sobre as culturas indígenas e grupos indígenas do Paraná em circuitos internos voltados à preparação do corpo

docente da escola. A fala ocorreu durante uma tarde e uma manhã de formação continuada com os professores do Colégio Estadual Rocha Pombo de Morretes( Figura 1). Fui orientado pela professora Ana Elisa Freitas, minha orientadora do mestrado, buscando desenvolver uma abordagem que permitisse ir além dos estereótipos coloniais e construir uma abertura para um contato intercultural positivo dos estudantes indígenas com a comunidade escolar do C.E. Rocha Pombo.

O resultado do diálogo foi muito positivo e, a partir das informações discutidas, foram enfrentados alguns dos estereótipos de senso comum vigentes em nossa sociedade acerca dos povos indígenas. Pela manhã desse dia, discutimos o estereótipo do “índio genérico”, que reduz a mega diversidade sociocultural, ambiental e étnica das populações ameríndias a uma única categoria colonial redutora – índio e os desdobramentos estigmatizantes dessa categoria. Também debatemos a economia e ecologia desses povos, e seus modelos de produção sustentáveis, no contraponto do estereótipo colonial do trabalho, da preguiça que historicamente recai sobre os povos indígenas e, por fim, focalizamos a falsa ideia de que os povos indígenas estão culturalmente congelados na história, destituindo sua historicidade e contemporaneidade.

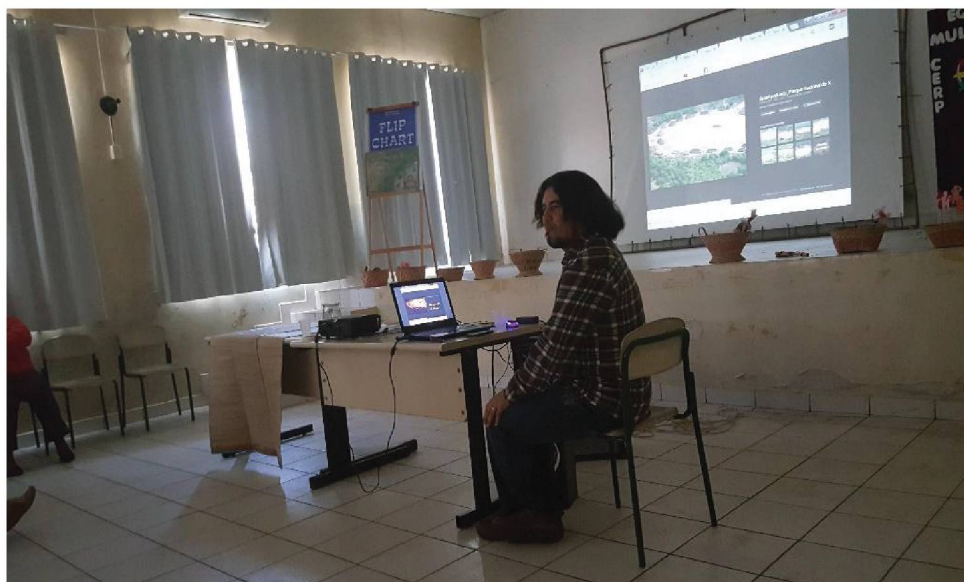


FIGURA 1: O autor, palestrando durante a manhã de formação continuada de professores no Colégio Estadual Rocha Pombo, Morretes, inverno de 2017. Fonte: arquivo pessoal

Entre os temas abordados, tratamos sobre as técnicas agrícolas e o profundo conhecimento etnobotânico desses povos. Reconhecemos como o colonizador se aproveitou desses conhecimentos para fins de dominação e sobre como esses conhecimentos ainda são muito relevantes e pouco compreendidos.

Durante a tarde falamos sobre as etnias que atualmente estão presentes no Paraná (Guarani, Kaingang, Xetá e Xokleng), sobre o histórico do contato e especificidades culturais de cada povo. O diálogo em torno desses grupos despertou um interesse nos educadores e funcionários em saber quem realmente são as pessoas que integram esses povos indígenas.

Em função desse interesse, combinei com o Prof. Florêncio uma visita dos professores e funcionários do Colégio Rocha Pombo à *TI Tupã Nhee Kretã*, em um dia da semana de formação pedagógica em julho. Essa seria a oportunidade de uma interação direta entre a comunidade escolar e a comunidade indígena.

Revisitando notas de diário de campo, meu primeiro contato com *TI Tupa Nhee Kretã* foi junto com a minha orientadora do mestrado, professora Ana Elisa Freitas que me colocou em contato com seu orientando de graduação, o estudante indígena Kaingang Nei da Silva, na ocasião graduando na Licenciatura em Educação Física na UFPR, que então atuava como professor de educação física na Escola Estadual Indígena *Emilia Jera Poty, na TI Tupã Nhee Kretã*. Nei da Silva nos ajudou no contato com as lideranças da aldeia e nos acompanhou em visita pelo território.

Durante nossa visita, pudemos constatar a situação da área e a luta dos kaingangues e guaranis para se estabelecerem na terra. Andamos pela área, guiados pelo Nei e constatamos os danos ambientais causados pela atividade madeireira, percebemos que o solo estava bastante degradado.

A avaliação ambiental dessa visita nos permitiu reconhecer a área de pesquisa como um mosaico em que a vegetação nativa se encontra em vários estágios de recuperação, intercalando áreas de vegetação rasteira, vassourais, bracingais e floresta em estágio inicial de recuperação. Os rios em vários trechos se encontram entulhados com troncos de pinus, exótica cultivada por ocupações não indígenas anteriores na área.

Nei nos mostrou locais frequentados por espécies da fauna nativa. Tais como as antas e jaguatiricas, que pouco a pouco retornavam ao território, desde que os moradores indígenas passaram a controlar o acesso ao local, evitando os abusos cometidos por caçadores.

Também pudemos constatar a presença de plantas de grande importância cultural como araucária, jerivá, plantas comestíveis e medicinais. Outro elemento importante que observamos foi a existência da argila branca (*Ore Kuprig*), utilizada na confecção de objetos cerâmicos.

Nessa visita, conhecemos a sede da Escola Estadual Indígena *Emilia Jera Poty*, onde Nei nos mostrou um mapa produzido pela comunidade, localizando temas ambientais importantes e valorizados no território.

O mapa foi fotografado e serviu de base para ser comparado com os mapas levantados em fontes cartográficas oficiais. Esse mapa foi fundamental para iniciar o reconhecimento das representações indígenas acerca de seu território, mostrando os elementos que são mais valorizados e quais recursos estão disponíveis, bem como sua localização figurativa. Tal mapa apontou a visão indígena acerca das possibilidades presentes no território.

Após a visita ficou decidido que o projeto trabalharia com a categoria das unidades de paisagem – categoria do campo dos estudos de ecologia de paisagens e geografia da paisagem.

Nosso interesse passou a ser identificar as unidades de paisagem valorizadas e representadas no mapa elaborado pela comunidade e inseri-las em mapas que viriam a ser elaborados como produto da pesquisa.

Tratamos de pensar em mapeamentos comparativos, com base no mapa produzido na aldeia. Dentro desse mapeamento se buscou conhecer as unidades de recursos presentes nessas unidades de paisagem valorizadas pelos indígenas (POSEY, 1986; FREITAS, 2005; 2007).

Após esse evento comecei a coletar dados em órgãos oficiais a respeito da área e a construir uma base cartográfica básica e imagens orbitais disponíveis na internet.

Foram pesquisadas unidades de paisagem identificadas na perspectiva do manejo ambiental por Kaingang e Guarani e, dentro dessas unidades de paisagem, unidades de recursos específicos.

### **3.2 PESQUISADOR-PROFESSOR EM CAMPO : HORIZONTE INTERCULTURAL E ENSINO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

Revisitei a TI Tupã Nhee Kretã acompanhando meus colegas professores e funcionários do Colégio Estadual Rocha Pombo. A experiência foi extraordinária, e os visitantes puderam ver o trabalho desenvolvido pelos educadores na escola indígena e participar de várias atividades(Figura 2).

A comunidade preparou uma bela recepção, incluindo apresentações de cantos tradicionais e o passeio pela área, para conhecer os ambientes e a situação dos moradores.

Partimos às 8:15 da frente do Colégio Rocha Pombo em dois ônibus, havia muita expectativa pela experiência.



FIGURA 2 : Visita de professores e funcionários à TI *Tupã Nhee Kretã*, Morretes, junho de 2017.  
Fonte: arquivo pessoal

Fomos gentilmente recebidos pelo professor Msc. Florêncio *Reykàg* Fernandes, da etnia Kaingang, diretor da escola. Os professores do colégio estavam bem à vontade, foram convidados por Florêncio a visitar a biblioteca da escola. Como havia poucas cadeiras, os professores foram se acomodando no espaço de modo mais livre, encostando nas paredes e sentando no chão. No quadro estavam escritas palavras de boas-vindas em Kaingang “*ẽg mỹ tóg há ãjag kãmũm ky*”, em guarani “*Peju porã*” e em português “sejam bem-vindos”.

Florêncio explicou que a escola trabalha com as três línguas, mostrou a biblioteca e as obras específicas de cultura indígena. Mostrou também um livro de sua autoria que trata do mito de origem dos Kaingang, escrito com base no relato de Telêmaco Borba. Após apresentar alguns moradores da aldeia, contou sobre sua formação como pedagogo e o trabalho em escolas de periferia do norte do Paraná, assentamentos e outras escolas indígenas.



Os professores escutaram com muita atenção (silêncio) sua fala, que encontrou eco na experiência de professores que trabalharam nessas condições. Os professores se deram conta de que estavam diante de alguém que compreendia suas dificuldades e sabia do que estava falando, isso gerou um clima de empatia, favorável ao diálogo intercultural (BERGAMASCHI, 2012). Embora alguns do grupo transparecem um certo estranhamento diante da realidade indígena que não atende as expectativas de seu imaginário, a experiência foi fundamental para o desenvolvimento da parceria entre as duas escolas.

Na sequência, o professor Florêncio falou um pouco sobre a história da aldeia e das dificuldades estruturais. Falou sobre o problema do retorno distante da entrada da aldeia na BR277, que dificulta o acesso à terra indígena e os pedidos não atendidos pela concessionária. Falou também da dificuldade de transporte para os alunos que estudarão em Morretes e da negociação com a prefeitura para conseguir uma casa para os estudantes indígenas na cidade. Contou sobre a discriminação sofrida na cidade por um grupo que queria ser atendido na prefeitura.

Após esse momento o professor guarani Isaque da Silva dirigiu uma apresentação musical das crianças da aldeia, cantando em Kaingang, Guarani e Português. As crianças encenaram o Xondaro/dança do guerreiro Guarani e a Dança de Guerra Kaingang, a apresentação prendeu a atenção de todos.

Ao término da apresentação, estávamos no final da manhã e, antes do almoço, Florêncio falou da arte indígena e seu significado cultural, político, ambiental e econômico, indicando que havia peças de arte indígena à venda. Após explicar as atividades planejadas para o turno da tarde, Florêncio liberou os professores. Um grupo foi visitar a casa de rezas e o restante se dispersou pela área, aguardando o almoço.

O número de participantes superou as expectativas da comunidade. Faltou um pouco de comida e os professores que comeram por último não puderam comer carne, não havia espaço nem pratos e talheres para todos, mas no final todos almoçaram, interagiram e conversaram com os moradores da aldeia e praticaram arco e flecha.

No início da tarde um grupo de professores seguiu a trilha que leva ao mirante, o grupo foi guiado por Florêncio e na retaguarda os professores Nei e Leandro deram apoio. Foi um passeio divertido, as crianças da aldeia ficavam escondidas no meio do mato para assustar quem passava pela trilha. Do mirante se tem uma visão ampla da área. Após o mirante, os professores desceram com dificuldade a encosta em direção ao rio. No rio todos se admiraram da beleza do local, transpondo o rio com alguma dificuldade seguiram a trilha até o “santuário”.

O trajeto longo permitiu um diálogo maior entre os guias e os professores, os guias explicaram o nível de degradação da área e trocaram ideias com alguns professores sobre como seria possível recuperar a área. Alguns professores se voluntariaram a ajudar de várias formas essa recuperação.

No final da trilha o cacique Kretã já esperava os professores. Ele explicou que o local se chama santuário por ser um local de meditação e que esse local estava sendo preparado para receber o encontro de Kujas/xamãs Kaingang, planejado para o mês de agosto. Explicou um pouco da história da aldeia e dos planos, explicou que quando chegaram havia poucas árvores, pois a terra havia sido abandonada por uma empresa norueguesa de florestamento de pinus para fins madeiráveis que havia se comprometido a replantar a floresta após o corte do pinus plantado, mas que não cumpriu o seu compromisso. Narrou que a recuperação ambiental estava em andamento desde que a comunidade indígena retomou essa parcela de seu território ancestral, e que os moradores da aldeia têm feito mutirões para a melhoria da área e replantio da floresta nativa.

Falou sobre a importância dos professores para a sociedade e da função de professores desempenhada pelos *kujás/xamãs*, dizendo que a educação indígena transcende a educação escolar.

Falou sobre a importância dos professores para romper com a visão estereotipada dos indígenas e dos planos de fazer uma escola dentro da aldeia para oferecer cursos a professores não indígenas sobre as culturas indígenas, indo além da teoria para a vivência dentro da aldeia, ressaltando a importância de formar alunos conscientes da realidade indígena.

Em uma conversa com a cacique Andréia Fernandes, líder Guarani, nos foi solicitado para desenvolvermos um trabalho de fomento à cerâmica Kaingang dentro da pesquisa. Esse tema, que vinha ao encontro da nossa expectativa de pesquisa no mestrado, emergiu em uma reunião das lideranças da aldeia.

### 3.3 VOLTANDO AO CAMPO: PROFESSOR-PESQUISADOR, PESQUISADOR-PROFESSOR

Uma terceira visita ao território indígena focalizou o público de estudantes do ensino médio. Eles participaram ativamente das atividades planejadas pela comunidade indígena. O professor Florêncio deu uma aula introdutória sobre a organização social Kaingang, falando das metades socio-cosmológicas Kamé e Kanhrukré, e suas respectivas marcas: kamé-marca comprida e kanhrukré – marca redonda.

Cada aluno fez uma pintura referente ao clã a que eles pertenceriam simbolicamente na atividade. Depois, alunos e professores participaram da dança do Xondaro, experimentando as manobras corporais da dança e sua aplicação na luta e no ensino de educação física.

Essa visita à aldeia deixou uma marca bastante positiva nos alunos e colaborou para avançarmos na agenda de pesquisa – uma pesquisa participante, em que as posições de pesquisador e professor se imbricam, apontando um horizonte interessante para o desenvolvimento dos estudos. Pesquisar, como professor atuante nas práticas educativas; educar como pesquisador que investe na ampliação e aprofundamento dos estudos que embasam as práticas.

Esse contato direto com a realidade da aldeia permitiu trabalhar posteriormente vários temas com os alunos do colégio e avançar na escrita da dissertação.

Uma quarta visita ocorreu próxima ao final do ano letivo, quase nas festividades do Natal de 2017 (Figura 3). Nessa visita participaram alunos do ensino médio do turno matutino, alguns dos quais já tinha participado da visita anterior e se sentiam bem à vontade.

As crianças da aldeia estavam bem à vontade com os alunos e ensinavam expressões e significado de nomes e palavras em kaingang e guarani. Percebi a importância dessas práticas não planejadas, mas que se dão em uma dimensão horizontal do currículo (PALADINO, 2015).

Nessa saída de campo, os alunos começaram a compreender o significado cultural dos entes da natureza para esses povos indígenas, com desdobramentos importantes na ruptura dos paradigmas que enfatizam a dicotomia humano-natureza, tal como é abordada na tradição das ciências ambientais na escola.

As atividades começaram logo pela manhã e seguiram ao longo do dia. Durante a parada para o lanche os alunos compartilharam seus lanches em comunidades comensais, aproximando os grupos de forma mais intensa.

Após, participaram de brincadeiras com as crianças da aldeia. Algumas alunas se apaixonaram pelo bebe recém-nascido de uma família guarani, todas queriam segurar a criança e foram revezando no cuidado com o bebe até o horário de almoço. Os meninos do colégio estavam se divertindo com as acrobacias feitas pelos meninos da aldeia.



FIGURA 3: Encontro de jovens indígenas e não indígenas em frente à Escola Estadual Indígena Emilia Jera Poty, TI Tupa Nhee Kretã, Morretes.

#### 4 METODOLOGIA DE PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA

Retornando à pesquisa, o trabalho voltou-se com ênfase ao tratamento dos dados de campo e produção cartográfica.

Todos os mapas foram elaborados no software Quantum Gis, software livre e gratuito, em sua versão Qgis 2.18 las palmas.

Para servir de base de referência para os mapas foram georreferenciadas duas cartas DSG do exército brasileiro, produzidas a partir de levantamentos aerofotogramétricos executados no ano de 1996, sendo as folhas “Represa Guaricana” e “Rio Marumbi”, ambas escala 1:25000, que foram georreferenciadas usando a projeção Universal transversa de Mercator, datum vertical SAD 69 e convertidas posteriormente para o datum SIRGAS 2000.

Sobre essas cartas foram vetorizados os rios representáveis em escala, os rios não representáveis em escala, o sistema viário, e os limites da área de reflorestamento. Por ser um levantamento feito na década de 1980, os dados obtidos foram revisados e ampliados com a utilização de imagens de satélite de alta resolução, disponíveis pelo *Google Maps*, a importação dessas imagens para o projeto foi feita através do plugin *openlayers*.

A vetorização foi feita em escala 1:3000. A delimitação do Parque Guaricana em formato *.KML* está disponível na forma vetorial na página do ICMbio, junto com outras informações sobre a área do parque. A *Terra Indígena Tupã Nhee Kretã* fica dentro do parque, em uma área que era ocupada por empresa norueguesa privada, para a indústria madeireira de reflorestamento de pinus. Essa área foi cedida aos indígenas, convertendo-se inicialmente em área reservada e aguardando o processo administrativo de regularização fundiária, com base no artigo 231 da Constituição Federal de 1988. Desse modo, os limites da terra indígena coincidem com os do antigo reflorestamento, o arquivo vetorial foi feito com base no depoimento dos moradores da aldeia.

O mapa hipsométrico foi elaborado com base em um modelo digital de elevação do projeto “Topodata” da EMBRAPA. Esses MDEs são imagens do projeto SRTM da NASA reamostradas para uma resolução espacial de 30 metros. Para gerar o mapa hipsométrico esse MDE foi convertido de tom de cinza para elevação pelas propriedades do QGIS e em seguida a imagem foi reclassificada utilizando faixas de elevação previamente definidas utilizando os algoritmos do complemento GRASS 7, essa imagem foi transformada em uma imagem falsa cor com as faixas de elevação.

Os mapas de vegetação, geomorfologia, solos, geologia e clima foram elaborados com base em arquivos *shapefile* disponíveis na página do ITCG (Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná).

#### 4.1 DELIMITAÇÃO DE UNIDADES DA PAISAGEM

A paisagem, por ser tanto natural quanto social, não pode ter seus elementos estudados separadamente. O estudo da paisagem então necessita de uma metodologia que permita interagir com esses aspectos da realidade.

Segundo Pedrotti & Martinelli (2001,p.39),

(...) uma metodologia para a cartografia ambiental deve considerar as bases para a definição de uma cartografia crítica que incorpore todas as relações, mediações, contradições, oposições, entre os componentes que perfazem a natureza e a sociedade. (...) pois as paisagens são fruto da interação entre fatores naturais, culturais sociais e econômicos de um certo tempo.

E dizem ainda Pedrotti & Martinelli (2001, p.39), “A forma como os homens se relacionam com a natureza depende do modo como se relacionam entre si, o que é determinado pelas relações sociais vigentes em certo modo de produção, em dado momento do percurso da história da sociedade humana”.

Se o objetivo é a compreensão de suas dinâmicas, é preciso compreender como suas formas, funções e estruturas interagem em sua formação. Essas ideias são trabalhadas nas obras de Yi-Fu Tuan (1980) e Milton Santos (1996). Assim qualquer “paisagem, por mais simples que seja, é sempre social e natural, subjetiva e objetiva, espacial e temporal, produção material e cultural, real e simbólica” (PEDROTTI & MARTINELLI, 2001, p.41).

Com base nessa concepção de paisagem, Pedrotti & Martinelli (2001,p.42) propõe alguns passos necessários para descrição e delimitação das paisagem e suas unidades.

Em um primeiro momento da construção do conhecimento, para efetivar essa cartografia, tivemos de considerar como fundamental o conhecimento lito-geomorfológico, em nível dinâmico da realidade que deverá ser colocada sobre o mapa. Numa segunda etapa, sobre a base geomorfológica e as formas do relevo, reconstituição da vegetação natural esperada para o local em função de altitude, solo, relevo e clima, ainda segundo Pedrotti & Martinelli (2001,p.42).

No estágio seguinte, foi preciso refletir sobre a vegetação real e “respectivas tendências dinâmicas de suas associações no espaço produzido pelas relações sociais dinamizadas pela sucessão dos modos de produção que a humanidade viveu e está vivendo em sua história, como já mencionamos.” (idem).

Os autores propõem que nessa operação possivelmente surgirão conjuntos espaciais a partir dos quais se pode criar um esboço preliminar da articulação das unidades paisagísticas que estruturam o espaço geográfico. Por último momento, se procede a uma de síntese, que confirma a delimitação dos agrupamentos de elementos espaciais caracterizados por agrupamentos de atributos.

## 4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: LOCALIZAÇÃO

A Terra Indígena *Tupã Nhe'e Kretã* está localizada em sobreposição com a área delimitada do Parque Nacional Guaricana, no município de Morretes, próximo da divisa com o município de São José dos Pinhais, na faixa de transição entre Floresta Ombrófila Mista e Floresta Ombrófila Densa (Figura 4). O relevo movimentado do parque mostra as características da transição do Planalto de Curitiba para o domínio da Serra do Mar.

O local é drenado por riachos tributários do Rio Arraial, um dos principais afluentes da bacia do Rio Cubatão, que deságua na Baía de Guaratuba. Nesse sentido, integra a Bacia Hidrográfica Atlântico Sul. Sendo que o acesso à área se dá por uma estrada secundária que liga a comunidade ao quilômetro 50 da BR 277 (que liga as áreas industriais da região metropolitana de Curitiba ao porto de Paranaguá).

O Parque Nacional Guaricana é uma importante área de preservação entre Curitiba e o litoral paranaense, possui cerca de 7.900 hectares (ha), área compartilhada pelos municípios de Morretes, São José dos Pinhais e Guaratuba.

A ocupação indígena contemporânea e recente nessa área inicia em 2014, com a chegada ao local de várias famílias indígenas que ocuparam as instalações deixadas pela empresa Norske Skog, responsável pela iniciativa privada de interesse madeireiro, que ocupou a área com reflorestamento de *Pinus elliottii*.



FIGURA 4: Localização da Terra Indígena Tupã Nhe'e Kretã (elaborada pelo autor)

### 4.3 GEOLOGIA

A área de estudo está sobre quatro formações do embasamento geológico paranaense. Na área correspondente ao Planalto de Curitiba temos rochas do complexo Gnáissico Migmático, rochas da formação Guaratubinha e sedimentos recentes. Na área da Serra da Igreja encontramos rochas da suíte alcalino granítica.

A maior parte da área é ocupada pelas rochas do complexo Gnáissico Migmático do planalto de Curitiba Mineropar (2007, p.30) que foi formada durante o “Proterozóico, entre 2,1 bilhões e 580 milhões de anos”.

Segundo Mineropar (2007, p.26), durante o processo de formação “(...), toda a área do Escudo foi palco de intenso magmatismo granítico(...) Após a consolidação do Escudo, ocorreram intrusões de rochas básicas e alcalinas, relacionadas (...) aos eventos magmáticos mesozóicos da Bacia do Paraná” onde, ainda segundo Mineropar,

Predominam as rochas gnáissicas (biotita-anfibólio gnaisses) e migmatíticas (mesossoma de biotita-anfibólio gnaisses e leucossoma de composição tonalítica-granodiorítica), associadas a anfíbolitos, gnaisses graníticos, núcleos de gnaisses granulíticos e rochas máfica-ultramáfica toleíticas (metaperidotitos, serpentinitos, xistos magnesianos, metapiroxenitos e corpos de gabros).” (Mineropar, 2007, p.30).

As rochas vulcânicas da Formação Guaratubinha ocorrem nos terrenos a oeste do rio Arraial. Segundo Mineropar (2016, p.91), esta formação é constituída por uma associação de rochas sedimentares e vulcânicas, ácidas e intermediárias, assentadas sobre os migmatitos, granulitos e granitos do embasamento.

Na jusante do rio Guaratuba encontra-se um pequeno trecho de planície aluvial recoberto por sedimentos recentes. Segundo Mineropar (2016, p.163), os depósitos de várzea concentram depósitos de sedimentos inconsolidados, de pequena espessura. Esses sedimentos são constituídos por siltes e argilas, em parte turfosas e areias de diversas granulações possuindo também “leitos de cascalho, onde predominam seixos de quartzo e quartzito, bem selecionados e arredondados, indicando transporte efetivo. Também têm idade holocênica.” (MINEROPAR, 2016, p.163).

As áreas mais elevadas da Serra da Igreja são constituídas por rochas da A suíte alcali-granítica. Segundo Mineropar (2016, p.83), essa suíte rochosa granítica encontra-se entre os domínios jurisdicionais de Curitiba, a oeste, e de Paranaguá, a leste. “Este corpo apresenta (...) rochas leucocráticas, com cores cinza-claro e rosado, de granulação média, localmente



porfíricas, com porções isentas de minerais máficos e outras ricas em biotita e anfibólios.” (MINEROPAR, 2016, p.83). Possui ainda outros minerais tais como zircão, titanita, allanita, fluorita e opacos, e como minerais de alteração ocorrem clorita, muscovita, epidoto e carbonatos.

#### 4.4 GEOMORFOLOGIA

A área compreende duas unidades geomorfológicas que são determinantes na formação dessa paisagem(Figura 5). A primeira unidade compreende o compartimento denominado de Serra do Mar Paranaense formado por escarpas e morros que apresenta dissecação alta com declividade predominante entre 12-30%. altitudes mais elevadas são encontradas na Serra da Igreja, com cotas que chegam acima de 1250 m. O relevo da serra se dispõe em topos alongados separados por vales alongados em forma de “V” encaixado. Os rios Marcelinho, Monjolo e Mato Alto correm encaixados nos vales da serra da igreja seguindo o sentido SE-NO.

A segunda unidade que é a predominante dentro da área de estudo é denominada Planalto de Curitiba, apresenta dissecação média com classes de declividade predominantes menores que a primeira unidade. Com um relevo movimentado, apresenta um gradiente de altitude acima de 800 metros com picos de altitudes que chegam acima de 950 na parte de contato com a Serra do Mar.

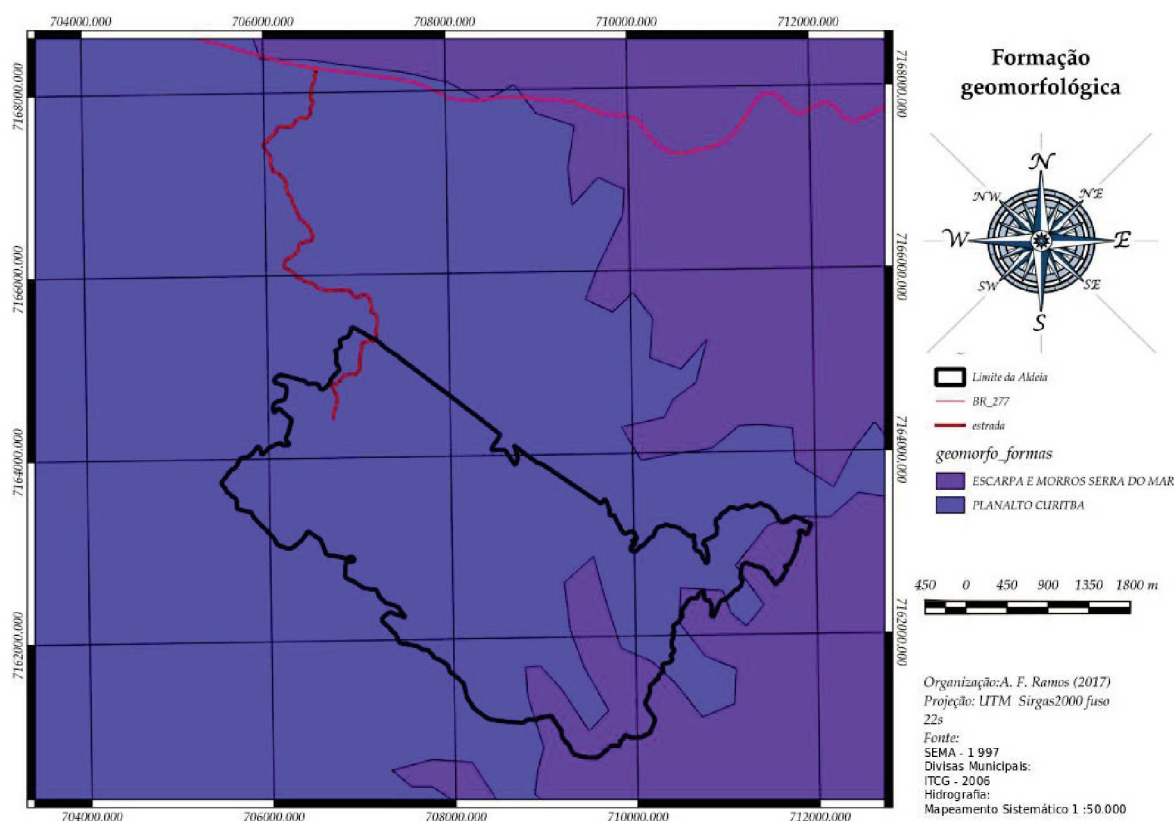


FIGURA 5 – Mapa de Geomorfologia (elaborado pelo autor)

#### 4.5 ALTIMETRIA

Segundo Diniz (2002, p.11) a planta topográfica “(...) tem por finalidade representar graficamente o contorno, as dimensões, e a posição relativa de uma pequena parte da superfície terrestre, fornecendo a sua área e a sua posição altimétrica.”

Na área de estudos, a topografia tem grande variação ao longo do terreno. As maiores altitudes se encontram na porção sudeste junto a Serra da Igreja. Nessa região estão as nascentes dos rios que drenam a área. A topografia é bastante movimentada e recortada devido às fraturas do relevo dissecadas pelos cursos d’água que são abundantes (Figura 6). Na porção noroeste encontrasse uma pequena área mais plana nas margens do rio Guaratuba. Essas variações no relevo associadas a outros fatores permitem a formação de diversos microambientes. Existem pequenos banhados formados em áreas planas entre cristas, encostas bem iluminadas, encostas pouco iluminadas, topos de morro etc. Essa configuração do relevo permite vários ambientes vão se formando a medida em que a vegetação se recupera.

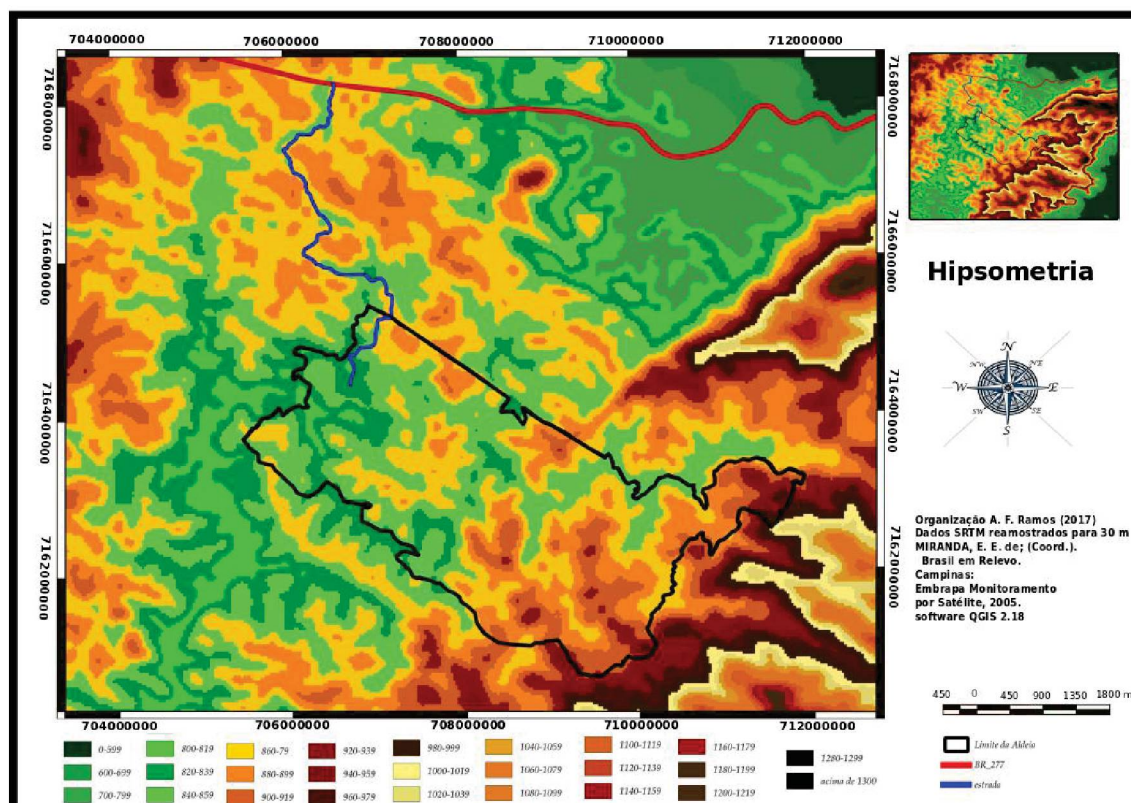


FIGURA 6: Desníveis na topografia da área de estudos. (Mapa Hipsométrico elaborado pelo autor)

#### 4.6 HIDROGRAFIA

A área de estudo, Terra Indígena *Tupã Nhee Kretã*, possui um padrão de drenagem dendrítico controlado por estruturas do relevo que direcionam a drenagem de sudeste para noroeste (figura 7). A área é parte da Bacia Hidrográfica do Litoral Paranaense, especificamente da Microbacia do rio Cubatão que deságua na baía de Guaratuba. Os principais rios que atravessam a área da aldeia são o Rio Guaratuba, o Rio do cedro e Rio Marcelinho, que são os principais afluentes do Arraial. A grande quantidade de pequenos cursos d'água que se pode observar são fruto do relevo recortado por falhamentos e da grande disponibilidade hídrica, devido ao regime de chuvas a que as nascentes estão sujeitas. Os rios do Guaratuba correm sobre um leito de cascalhos e lajes, possuindo vários trechos com corredeiras e pequenas quedas, em outros pontos podem ser encontrados poços e bancos de areia. Pode-se observar que predomina a erosão vertical devido ao desnível encontrado ao longo de seu curso.

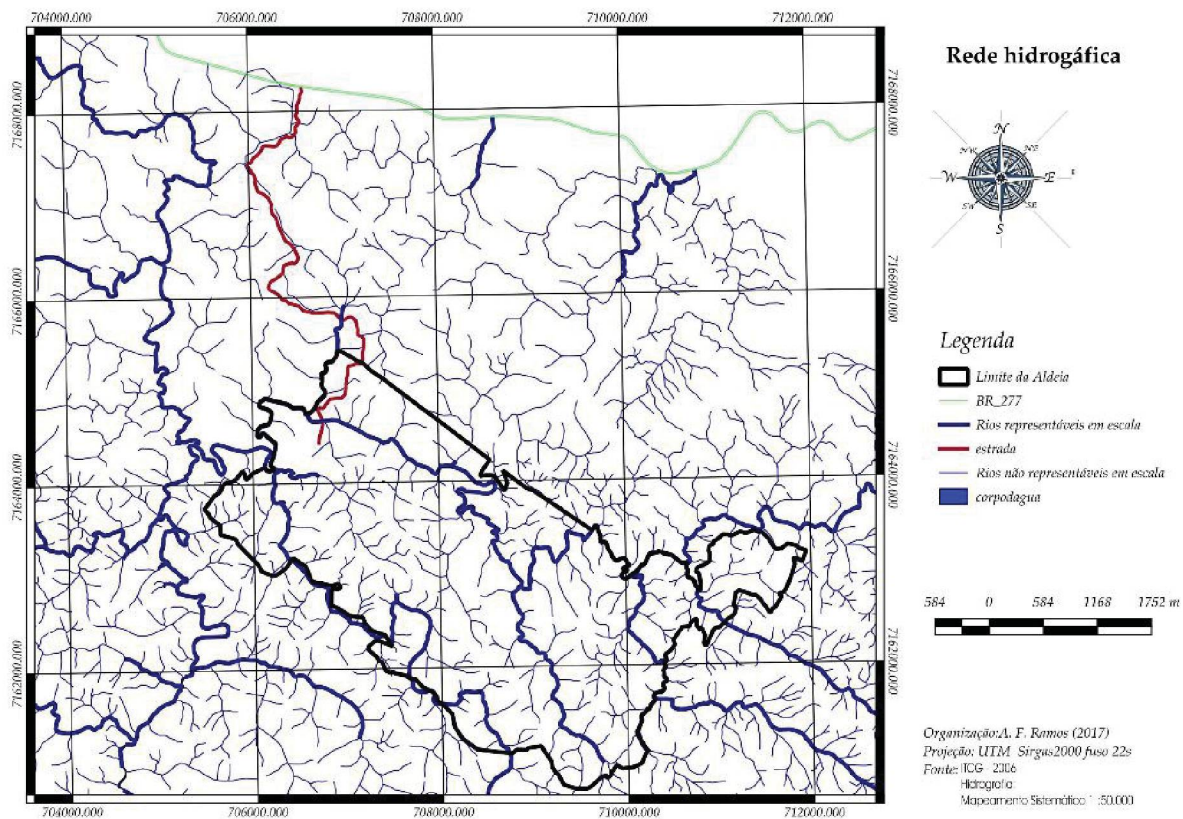


FIGURA 7: Mapa de hidrografia local. (elaborado pelo Autor).

#### 4.7 SOLOS

Os solos encontrados na área são de dois tipos e estão relacionados a topografia e ao embasamento (Figura 8). A maior parte da área do Planalto de Curitiba desde as margens do rio Arraial a oeste até a zona de transição para a Serra da Igreja apresenta Cambissolo háplico que é, segundo o ITCG (2008), “Distrófico típico, álico, textura argilosa”, relevo pode ser ondulado ou forte ondulado. Esses solos têm o horizonte A é claro, com menor teor de húmus, segundo Lima (2012, p. 9) são “(...) geralmente pouco espessos e que apresentam horizonte B ainda em estágio inicial de formação (normalmente pouco espesso)”, é esse horizonte B que o diferencia dos neossolos. A fertilidade variará em função do clima, do relevo e de outros fatores. Alguns cuidados são necessários em relação a esses solos onde eles são pouco profundos, em relevos muito inclinados. Nesses trechos eles são muito susceptíveis à erosão.

O segundo tipo de solo encontrado é o neossolo lítico. Segundo o ITCG (2008) esse neossolo é Hístico, álico e está associado a afloramentos rochosos. Conforme Lima (2012, p6) “são solos rasos em estágio inicial de evolução, apresentando mais comumente apenas horizonte A sobre o horizonte C ou sobre a rocha de origem”. Na região de estudo ocupam a faixa de transição para a Serra do mar.

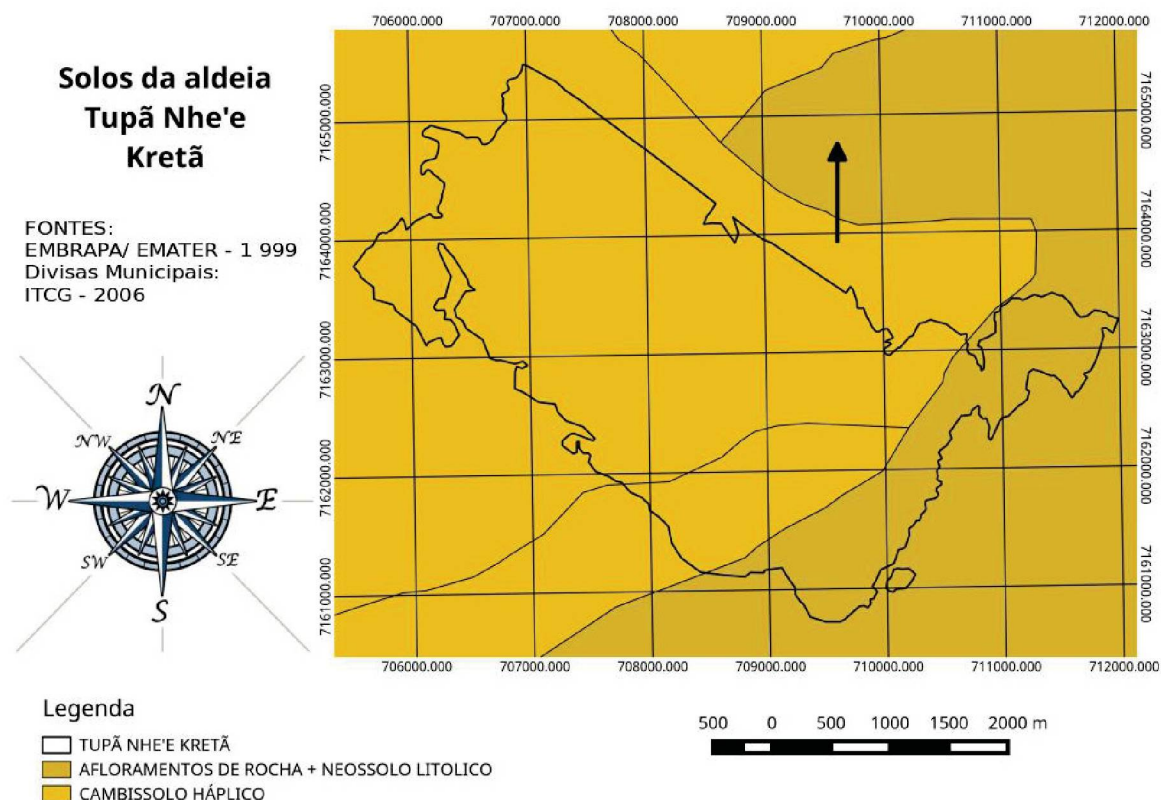


FIGURA 8: Mapa de Solos da Terra Indígena Tupã Nhe'e Kretã (elaborado pelo Autor).

#### 4.8 VEGETAÇÃO

A região estudada está como um todo dentro do domínio da Mata Atlântica. Devido à sua grande extensão territorial, por diferentes climas, solos, altitude e topografias a Mata Atlântica apresenta diversas fisionomias distintas. As que estão presentes na área em estudo são Floresta Ombrófila Mista Montana, Floresta Ombrófila Densa Montana e Floresta Ombrófila Densa Altomontana (Figura 10).

Uma pequena parte da área segundo ITCG (2002) originalmente estava coberta por Floresta Ombrófila Mista Montana que tem como principal característica a presença da araucária. Essa fisionomia estaria restrita ao noroeste da área, embora pelo fato de estar em uma zona de transição, elementos dessa fisionomia possam ser encontrados em outros locais. Além da *Araucaria angustifolia* outras espécies caracterizam essa fisionomia. Essas espécies são segundo Paraná (2002, p23) “imbuia, canela-sassafrás, ipê-amarelo, cedro, canjerana, erva-mate, caúna, miguel pintado, camboatá, cataia, guabirova, pitangueira e muitas outras.”

A área mais expressiva de cobertura vegetal correspondia à Floresta Ombrófila Densa Montana. Mais fechada que a Floresta Ombrófila Mista, não tem fisionomia distinta da formação Ombrófila Densa Submontana, seu relevo é mais íngreme nas porções mais altas, dando origem a solos mais rasos e, portanto, menor densidade de árvores.

Segundo Paraná (2002, p.23) concentra as seguintes espécies: canela-nhutinga, pau-de-sangue, jequitibá, pau-óleo, igueira, bocuva, cedro, canjerana, figueiras, miguel-pintado, cuvata, licurana, canela-preta, canela-sassafrás, pau-óleo, caovi, licurana, entre muitas outras.

Embora não esteja presente na área da aldeia propriamente dita, é encontrada nos pontos mais altos do Parque. A Floresta Ombrófila Densa Altomontana só é encontrada nas partes mais elevadas da Serra do Mar, formada por árvores de baixo porte (3-5 metros) em alta densidade. Segundo Paraná (2002, p23) “Desenvolve-se sobre solos muito rasos, geralmente Neossolos Litólicos ou Organossolos, que explicam a limitação do crescimento das plantas. São espécies comuns; cataia, caúna, cocão, orelha-de-onça, guamirins e cambuís.”

A Influência da altitude é o principal fator da distribuição. Embora em certas condições formações podem aparecer em altitudes que não correspondem ao padrão. Nas figuras 9 e 10 abaixo podemos ver como é a distribuição esperada para a Serra do Mar no Paraná e a encontrada na área da aldeia(Figura 9).

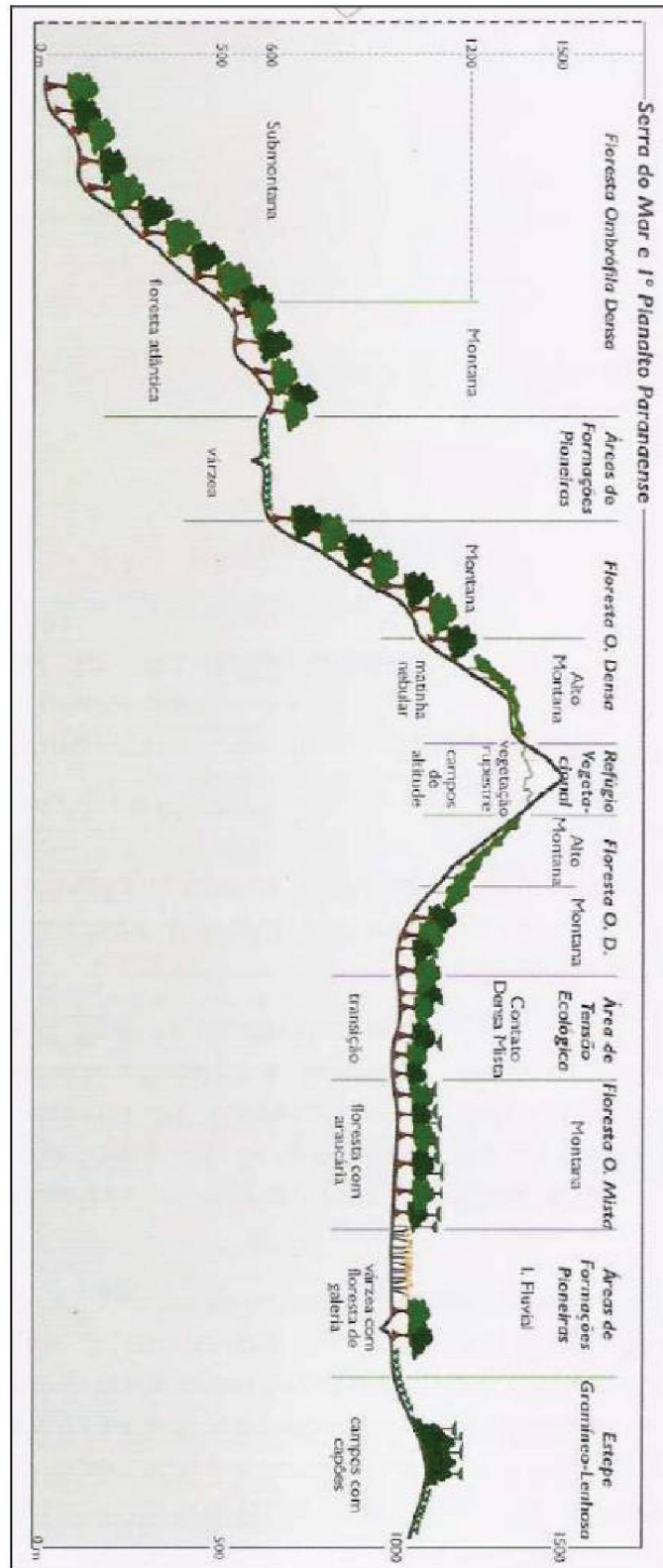


FIGURA 9: Perfil de Vegetação. Adaptado pelo Autor de Paraná (2002, p.20)

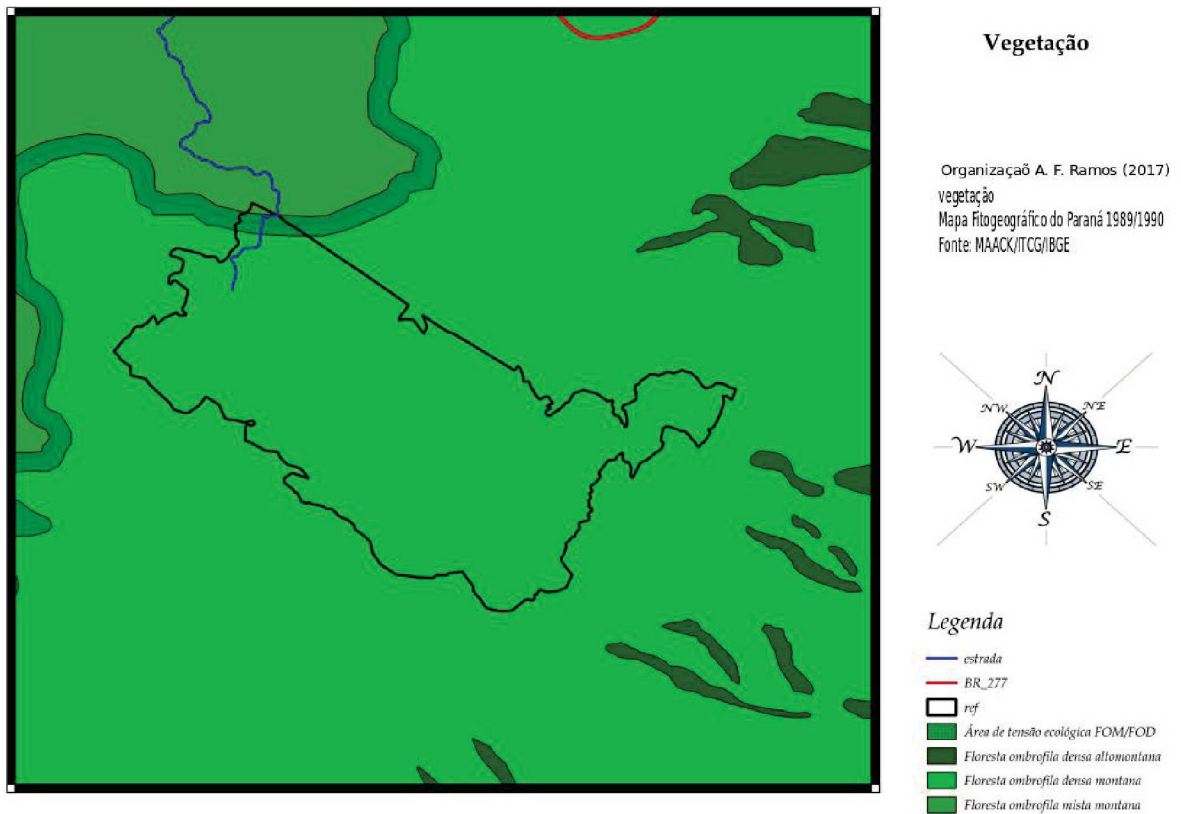


FIGURA 10: Mapa de Vegetação. Adaptado pelo Autor de Paraná (2002, p 20).

A área da aldeia propriamente dita embora se encontre dentro do Parque Nacional Guaricana devido a seu histórico de ocupação encontra-se profundamente alterada por usos coloniais e privados anteriores à ocupação indígena atual. A vegetação atualmente existente apresenta um mosaico de áreas em diferentes estágios sucessionais intercalando Capoeiras, capoeirões e campos. Capoeiras que são definidas por Paraná (2002, p26) como “o primeiro estágio arbóreo na formação de florestas, com uma ou poucas espécies exercendo dominância.” Como exemplo disso podemos citar os bracatingais vistos na área.



#### 4.9 CLIMA

A área de estudo está em uma zona de transição entre os climas Cfa e Cfb da classificação de Köppen-Geiger. Segundo (MAACK, 2002) (Figura 11). precipitações na Serra do Mar são bem distribuídas ao longo do ano e apresentam grande variação em função da topografia.

O clima Cfa é Clima subtropical com temperatura média no mês mais frio inferior a 18 graus Celsius (mesotérmico) e temperatura média no mês mais quente acima de 22 graus Celsius, os verões são quentes, as geadas são raras pouco e há concentração das chuvas nos meses de verão, embora não tenha estação seca definida. O clima Cfb é Clima temperado propriamente dito com temperatura média no mês mais frio abaixo de 18 graus Celsius (mesotérmico), com verões frescos e temperatura média no mês mais quente abaixo de 22 graus Celsius. Chuvas são abundantes e bem distribuídas ao longo de todo o ano, com verão bastante fresco e úmido.

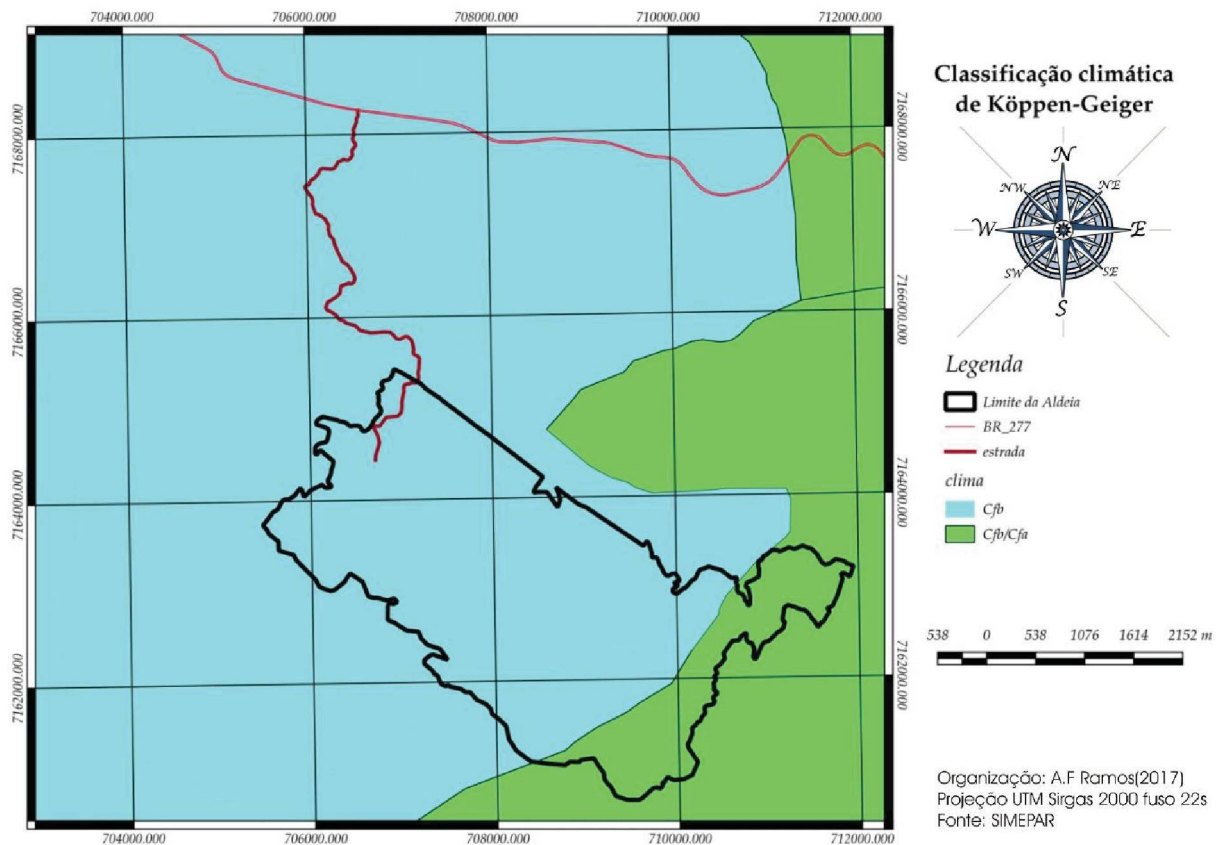


FIGURA 11: Mapa de Clima (elaborado pelo Autor).

## 5 UM BREVE OLHAR SOBRE OS POVOS INDÍGENAS KAINGANG E GUARANI

Os Kaingang são parte do grupo linguístico Jê Meridional que, segundo Noelli e Souza (2017, p.58) inclui as línguas Kaingang e Laklãnõ e outras línguas atualmente extintas (Kimdá e Ingáin). Teriam sua origem no Planalto Central Brasileiro do qual teriam migrado em direção ao sul do Brasil por volta de 4000 anos antes do presente (SCHMITZ E ROGGE, 2011, p. 185).

Segundo Noelli e Souza (2017, p. 58), os Jê Meridionais estão associados às tradições arqueológicas ‘Taquara’ (Rio Grande do Sul), ‘Itararé’ (Santa Catarina, Paraná e São Paulo) e ‘Casa de Pedra’ (Paraná), com datações de 3825 e 3435 A.P. para o Planalto Paranaense. Parellada (2016, p. 1) indica para o Planalto Catarinense de cerca de 2640 anos antes do presente (SCHMITZ e ROGGE, 2011, p.196).

Os modelos arqueológicos propõem que, quando chegaram ao sul, esses grupos jês meridionais que eram agricultores e ceramistas foram ocupando o planalto e litoral e passaram a ter contato com os grupos de caçadores coletores que viviam no planalto e os sambaquieiros do litoral, assimilando ou expulsando esses grupos.

Essa ocupação durou até a chegada de grupos da família linguística Tupi-Guarani que foram disputando o litoral e as margens dos grandes rios com os grupos Jê. Os grupos Jê, que ocuparam o litoral, teriam sido empurrados em direção ao interior do continente com a chegada dos Guarani, da beira-mar do Paraná ao Rio Grande do Sul, a partir de 1.200 a 1 mil A.P., segundo Noelli e Souza (2017, p. 70).

Os que já estavam no interior do planalto teriam se concentrando nos interflúvios dos grandes rios, essa concentração dos Jê coincide com uma notável expansão da floresta com araucária no interior do Planalto Meridional, a partir de cerca de 1000 A.P, sugerindo que houve co-evolução das florestas com araucária e a cultura desses grupos desenvolvendo adaptações à vegetação e ao clima mais rigoroso.

As casas subterrâneas são a mais característica expressão da arquitetura Jê no Planalto Meridional. A divisão entre os Kaingang e os Xokleng/ Laklãnõ teria ocorrido ao redor de 1390 D.C, segundo Noelli e Souza(2017 ,p. 60).

Essa situação em que os Kaingang ocupavam as áreas elevadas e os Guarani as margens dos grandes rios permaneceu até a destruição das reduções jesuíticas. As populações Guarani sobreviventes migram para o sul ou se refugiam nas matas densas do Paraguai. Nesse momento os Kaingang voltavam a ocupar os espaços deixados pelos Guarani, como diz Almeida (2015, pg 101) “os Kaingang experimentaram a partir do século XVII a

descompressão demográfica e a expansão gradativa de suas terras por todo o planalto meridional, tornando-se o grupo predominante nos séculos XVIII e XIX.”

A partir de meados do século XIX o confronto com as frentes colonizadoras se tronam constantes, essa situação dura até a primeira metade do século XX quando os últimos grupos são “pacificados”. Esse período é retratado por (MOTA,2009) em sua obra “A guerra dos índios kaingang”.

Do início do século XX até a redemocratização do Brasil os Kaingang vão sendo pressionados pela colonização e confinados em reservas que tem seus limites constantemente reduzidos. Após a redemocratização os Kaingang tem lutado para reconquistar parcelas esbulhadas pelas frentes coloniais e projetos de desenvolvimento que incidiram sobre seu território ancestral, produzindo fragmentação dos ecossistemas e da paisagem em toda a abrangência desses territórios (FREITAS, 2005).

Nesse momento das retomadas territoriais surgem importantes lideranças que articulam a luta pela terra, dentre elas se destaca o nome de Ângelo Kretã, líder da retomada da Terra Indígena da Mangueirinha (CASTRO,2011).

Os grupos Guarani atuais pertencem linguisticamente ao tronco Macro Tupi, que surgiu há cerca de 5000 anos na Amazônia e está dividido em várias famílias. Dentre essas, a maior é a família linguística Tupi-Guarani que se separou do tronco Tupi há cerca de 2500 anos. Os grupos que falavam línguas dessa família se espalharam pelo litoral brasileiro, pelas margens do Rio Amazonas e alguns de seus afluentes e pelos rios da Bacia do Prata. Na arqueologia essa família é relacionada a tradição cerâmica tupi-guarani.

As culturas Tupi-Guarani se desenvolveram nas terras baixas amazônicas ao longo das várzeas férteis dos grandes rios. Suas culturas estavam adaptadas a esse ambiente, e sabiam explorar de forma eficiente e sustentável, por milênios, esses recursos, o que possibilitou um crescimento contínuo de sua população sem que disso decorresse degradação ambiental. Nesse sentido, compreender os modos de vida Guarani é chave para estudos de ciências ambientais que tenham como horizonte modelos sustentáveis na relação humano-natureza.

O crescimento populacional Guarani passou a gerar uma pressão nos padrões de organização intra-étnicos, o que levou esses grupos a se fragmentarem e buscarem novas terras capazes de manter seu modo de vida (trata-se do modelo centrífugo proposto por Pierre Clastres). Essa busca de terras boas, não degradadas que permitam a continuidade de seu modo de vida, se expressa através de uma série de deslocamentos territoriais denominados *Oguatá* em busca de *Yvy Maraeí*, a terra sem males. (e.g. BRANDÃO, 1990; LADEIRA, 2007; FREITAS, 2007).

Tais deslocamentos conduziram esses grupos a ocuparem a calha do Amazonas, o litoral Brasileiro e as proximidades dos grandes rios da Bacia do Rio da Prata, em ambientes que tivessem os elementos encontrados na região amazônica, permitindo a continuidade de sua ecologia e cultura.

Ao mesmo tempo em que essas culturas se beneficiaram do ambiente que encontraram, elas também modificaram esse ambiente trazendo novas espécies que aumentaram a biodiversidade das florestas tropicais e subtropicais em que esses grupos penetraram, já em uma época recuada.

Essa relação dialética entre esses povos e a floresta levou a uma evolução paralela da cultura e do ambiente, os desafios do novo modificavam a cultura. Com o tempo essa expressão passou a incorporar um sentido espiritual para alguns grupos Guarani.

A presença Guarani no litoral paranaense é bastante antiga, eles já estavam estabelecidos a muitos séculos no entorno da Baía de Paranaguá quando os primeiros europeus chegaram ao Brasil. Na literatura colonial, esses Guarani são denominados de Cariós ou Carijós, embora tenham estabelecido contatos amistosos com portugueses, foram perseguidos e escravizados a partir de 1585. Os que sobreviveram se refugiaram no interior dos planaltos na região do Guairá.

No século XVII foram formadas reduções jesuíticas que mais tarde, no século XVIII, seriam atacadas e destruídas pelos bandeirantes paulistas. Novamente os Guarani se viram obrigados a migrar. A maior parte dos sobreviventes desses ataques seguiu com os jesuítas em direção ao sul na região dos Sete Povos das Missões (e.g. LADEIRA, 2007).

Contudo nem todos fizeram esse caminho, muitos preferiram se refugiar nas densas matas do rio Parana, junto a grupos que não aceitaram o domínio jesuítico.

De acordo com alguns pesquisadores, esses grupos Guarani passaram a ser conhecidos como KAINGUAS, eles deram origem aos atuais grupos presentes no Brasil Kaiowas, Nhandevas e Mbyas.

A partir do século XIX, por causa da ocupação de suas terras por colonos brasileiros, paraguaios e argentinos e devido a conflitos com outros povos indígenas como os Guaykurus, esses grupos começam a retornar em busca de seus antigos territórios seguindo rumo ao litoral.

Primeiro vieram os Kaiowas e Nhandevas no século XIX e no século XX os Mbyas. (LADEIRA, 2007; BRANDÃO, 1990).

Os Guaranis vão ocupando os territórios movidos por seu sistema socio cosmológico. Sua organização territorial foi capaz de manter uma homeostase mais duradoura entre a exploração dos recursos e o ambiente natural.

O princípio que rege essa territorialidade inclui pequenos grupos que se deslocam em direção a áreas mais adequadas ao seu sistema cultural. Uma única atividade coletiva pode desempenhar papéis ao mesmo tempo, econômicos, religiosos, ecológicos, sociais, políticos e culturais. Nessa lógica não existem fronteiras claras entre o que é o econômico e o social, o político e o simbólico.

Há uma grande influência do sistema religioso e da espiritualidade sobre todas as outras facetas da realidade sociocultural, inclusive sobre a econômica. Ao contrário do que se verifica na sociedade urbano industrial capitalista que rege o sistema mundial de matriz eurocêntrica, onde a economia se fortalece pela lógica da competição e do acúmulo, os Guarani têm uma economia da partilha e da generosidade, por isso seu território mostra o contraste entre sua cosmovisão e a cosmovisão ocidental.

Sua ocupação é difusa, de baixa concentração em uma área de grande extensão. Esse modo de ocupação visa a garantir a reprodução do “*NHANDEREKO*” o modo de vida guarani. Visa a manutenção das áreas naturais para que essas possibilitem a continuidade do *nhandeko* e a possibilidade de atingir o *agudje* – vida bela e a *Yvy Maraeí* – a terra sem males. (FREITAS, 2007; LADEIRA, 2007)

## 5.1 A PRESENÇA KAINGANG E GUARANI NA ÁREA DE ESTUDO

A presença dos Kaingang e dos Guarani na área de estudo é muito antiga e atestada pelos sítios arqueológicos que vem sendo estudados na região. A porção sul do planalto de Curitiba foi ocupada em vários momentos por ambos os grupos. O contato entre populações Kaingang e Guarani é bastante antigo e dinâmico, deixando marcadas as duas etnias. Existem vários locais que mostram que no passado esse contato pode ter sido tanto pacífico como conflitivo. Um desses locais é a região em que está inserida. a área de estudo, no divisor de águas do Alto Iguaçu com a o Atlântico Sul

A região do planalto de Curitiba foi uma das primeiras áreas ocupadas pelos ancestrais do Kaingang. Como atestam Noelli e Souza (2017, p. 65), “Algumas áreas despontam como locais de alta densidade de sítios: o vale do Ribeira e o adjacente planalto de Curitiba, o médio rio Tibagi, o médio rio Iguaçu e toda a borda leste do planalto catarinense e rio-grandense“( Figura 12).

No século XVI exploradores encontraram grupos Carijó (Guarani) e Tinguí vivendo na mesma região. Nos mapas de distribuição de sítios arqueológicos elaborados por Noelli e Souza (2017) registra-se a distribuição de sítios Jê e Guarani. Bonomo et al. (2015) mostram a

área de ocupação de sítios Guaranis deixando claro que essa região é uma área de ocupação histórica dos dois povos.

Algumas pesquisas de Volcov (2012, p. 144,145) sugerem que em alguns momentos essas ocupações foram simultâneas e as interações foram pacíficas.

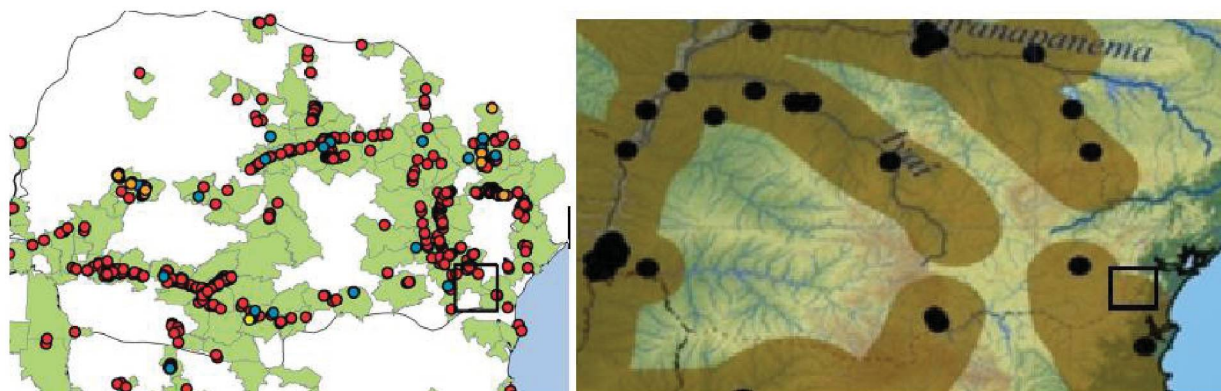


FIGURA 12: Área de ocupação Kaingang e Guaraní. Adaptados de Noelli e Souza (2017) e Bonomo et ali (2015).

A constatação dessa presença no passado é importante para os Kaingang contemporâneos, sobretudo pelo modo com que eles se relacionam ao passado. O passado tem uma grande importância para a formação da identidade Kaingang. Estar em contato com a terra dos ancestrais permite reviver elementos que reforçam a identidade, por isso segundo Freitas e Jacinto da Rosa (2015, p. 256) “A expropriação territorial significou uma violência tanto física quanto cultural para os Kaingang, tendo em vista a concepção mítico-cosmológica da terra”.

Recuperar e estar nessas terras significa continuar a história dos ancestrais, pois ainda segundo Freitas e Rosa (2015, p. 256): “(...) as matas remanescentes, os rios e suas margens são também espaços de memória, que de alguma maneira expressam seu modo específico de leitura de mundo, e seu desejo de recriar e reinventar o mundo dos antigos (...)”.

Ao longo dos séculos XIX e XX (Figura 13) os Kaingang foram perdendo suas terras e sendo confinados em áreas cada vez menores que os impossibilitava de vivenciar muitos aspectos de sua cultura, na prática as políticas desse período visavam transformar esses povos indígenas em camponeses pobres (FREITAS, 2005).



FIGURA 13: Kaingang no século XIX e XX. Fonte: Kaingang em 1862, Koenigswald (1908), e acervo Museu do índio, em 1950.

## 5.2 TERRITÓRIO E MITO KAINGANG

O território kaingang envolve vários elementos naturais (como vegetação, relevo, hidrografia, fauna, flora etc) e culturais que são ligados pelo elemento mítico. É o mito que explica o motivo das coisas serem como são. Nos mitos a configuração do território é explicada. Por ocuparem o planalto meridional seu território é dominado por rios que nascem próximos à serra do mar e correm em direção ao interior do continente. As maiores altitudes se encontram na porção leste, no conjunto de serras. Esses conjuntos são explicados pelo mito da origem dos Kaingang coletado, coletado por Curt Nimuendaju em 1912, junto aos Kaingang do rio Ivaí.

A tradição dos Kaingang afirma que os primeiros da sua nação saíram do solo; por isso têm cor de terra. Numa serra, não sei bem onde, no sudeste do estado do Paraná, dizem eles que ainda hoje podem ser vistos os buracos pelos quais subiram. Uma parte deles permaneceu subterrânea; essa parte se conserva até hoje lá e a ela se vão reunir as almas dos que morrem, aqui em cima. Eles saíram em dois grupos chefiados por dois irmãos, Kanyerú e Kamé, sendo que aquele saiu primeiro. Cada um já trouxe consigo um grupo de gente. Dizem que Kanyerú e toda a sua gente eram de corpo delgado, pés pequenos, ligeiros, tanto nos seus movimentos como nas suas resoluções, cheios de iniciativa, mas de pouca persistência. Kamé e seus companheiros, pelo contrário, eram de corpo grosso, pés grandes e vagarosos nos seus movimentos e resoluções. (NIMUENDAJU, 1986, p.87).

Curiosamente essa memória ancestral está de acordo com estudos recentes que colocam o planalto leste do Paraná como área de chegada dos Jê Meridional ao sul do Brasil. De certa forma os ancestrais dos Kaingang “emergiram” no planalto paranaense passando

pelo Vale da Ribeira. A mesma história foi contada a Telêmaco Borba pelo cacique Arakxó reafirmando a Serra do Mar como local de origem mítico-territorial dos Kaingang

Em tempos imemoráveis, deu-se um dilúvio que cobriu a terra inteira, habitada de nossos antepassados. Somente o cume da serra Krinjinjimbé (Serra do Mar) sobressaía das águas diluviais. Os Kaingang, Kaiurukré e Kamé nadavam na direção dela, cada um com um luminoso tição entre os dentes. Os Kaiurukré e os Kamé cansaram, afundaram-se e pereceram; suas almas foram habitar o interior da montanha. Os Kaingang e uns poucos Curutons atingiram com dificuldade o cume da serra, onde permaneceram uns no chão, outros nos ramos das árvores porque não acharam mais lugar. Lá passaram uns dias sem alimento e sem que as águas baixassem. Já esperavam a morte, quando ouviram o canto das saracuras que traziam cestinhos de terra, que deitavam nas águas. Assim, as águas foram recuando devagar. Os Kaingang clamavam às saracuras que se apressassem. Estas redobraram suas vozes e pediram aos patos que as ajudassem. Em pouco tempo conseguiram formar uma planície espaçosa no monte, que dava bastante campo aos Kaingang, com exceção daqueles que se refugiaram nas árvores. Estes foram transformados em macacos e os Curutons em macacos urradores. Desaparecida a inundação, os Kaingang estabeleceram-se nas proximidades da serra do mar. Os Kaiurukré e os Kamé, cujas almas moravam no interior da serra, começaram a abrir caminhos. Depois de muitos trabalhos e fadigas, uns puderam sair de um lado, os outros do outro. (Borba 1882; p.22)

No mito contado pelo cacique a Arakxo o local de origem dos Kaingang é a Serra do Mar no sudeste do Paraná, essa área é o local da nascente dos rios que correm em direção a oeste. Essa configuração territorial é importante pois são esses grandes divisores de água que irão dividir os Kaingang em suas variedades dialetais. Por constituírem grandes barreiras geográficas os grandes rios também podem ter sido delimitadores dos territórios das parcialidades desse povo. Ainda sobre as origens dos Kaingang, Freitas (2005, p. 328), comentando os fragmentos de mitos coletados pela lingüista Wanda Hanke, destaca que

A respeito da localização do buraco originário, os Kaingang disseram a Hanke que esta informação se havia perdido, mas que sua memória guardava a referência de que *tâka(n)tyt kakutenty arau(n)ti* indicava o nascente, *rhã tâka(n)tyt puruti*, o poente, e *Tope-kré* significava a Serra de Deus (HANKE, 1950, p. 138 apud TOMMASINO, 1995a, p. 37).

Para os Kaingang é o passado/*vãsy* que ajuda a imprimir sentido ao presente urí. Esse entrelaçado com o tempo mítico não apenas imprime sentido e explica o presente, mas carrega a possibilidade de ser revivido reforçando a identidade (FREITAS, 2014).

São os elementos presentes no território que permitiram vivenciar o *vãsy*, elementos tais como os rios onde se pode colocar *pari* -armadilhas de pesca, matas e campos com seus diferentes ambientes, fontes de água, vestígios dos ancestrais entre outros elementos. Um



marcador de território importante para o Kaingang é a presença da araucária, por eles denominada de *Fág*, uma árvore vinculada ao clã e metade socio cosmológica *Kamé*, e a forma comprida.

Outro fato importante em relação ao território Kaingang é a divisão dos seres a partir das metades cosmológicas que tem correspondência com as metades clânicas sociológicas. O dualismo cosmológico é refletido na classificação dos seres que existem nesse território, pois todos os seres são *Kamé ou Kanhrukré*, demonstrando profunda conexão entre organização social e ecologia (FREITAS, 2005)

Esse modo de ver o mundo é parecido com o que pode ser encontrado em outros povos pelo mundo, como afirma o geógrafo Hi-Fu Tuan em toponímia Tuan (1980,p. 96): “Em algumas sociedades esta estrutura dualista permeia vários níveis do pensamento: afeta a organização social de um povo assim como a sua cosmologia, arte e religião. O próprio meio ambiente pode prestar-se a esta visão dualista (...)”.

### 5.3 OS GUARANIS SEU TERRITÓRIO E SEUS MITOS

Os Guarani Mbya (parcialidade Guarani) também se relacionam com seu território a partir de uma cosmovisão própria. O território está ligado a realização do modo de ser Guarani. A importância do território Guarani vem da possibilidade de realizar o *nhandereko* – modo correto de viver. O mundo se constitui em elementos deixados por *nhanderu* – divindade suprema. Muitos desses elementos são voltados para os Guaranis e tem o sentido de ajudá-los a alcançar o estado de vida plena *aguyje*. O território do *tekoa* – aldeia ou território local deve oferecer os recursos para a coletividade Guarani viver o *nhandereko* e se relacionar com os seres espirituais de modo adequado. Segundo Ladeira para

(...) os guarani, a noção de território está associada à noção de mundo e, portanto, vinculada a um a espaço geográfico onde desenvolvem relações que definem um modo de ser, um modo de vida Assim, se o conceito de território implica limites físicos (permanentes ou temporários), o espaço, como categoria, pressupõe outros limites definidos por princípios éticos e por valores que condizem com a visão de mundo dos homens e de suas sociedades(Ladeira; 2008, p.97).

Pesquisadores afirmam que a cultura Guarani teve sua origem na região amazônica em floresta tropical e por conta disso sempre ocuparam preferencialmente ambientes mais parecidos com seu ambiente de origem, ocupando as matas tropicais e subtropicais da bacia

do rio Paraná e do litoral meridional do Brasil. Na interação com esse ambiente foram se adaptando ao território ao mesmo tempo em que criavam novos ambientes e direcionavam as dinâmicas de alguns ambientes em que se encontravam.

Para a caracterização do território Guarani é importante a presença de certos elementos. Alguns elementos por seu valor prático como certas plantas e animais dos quais se alimentam, materiais para o circuito e arte e terras agricultáveis. Outros elementos para além da de seu valor prático tem também valor simbólico e espiritual, esse é caso de certas plantas consideradas sagradas como o *pindo etei* – a palmeira eterna e o *koxi* – porco do mato, que é considerado como mensageiro de *nhanderu*. Mas além da presença dos elementos a disposição desses na superfície também é importante como destaca Ladeira

Os elementos que compõe o meio natural das aldeias – águas, solos montanhas, vales e algumas espécies vegetais – são privilegiados pelos guaranis também em função de sua localização. Além das características intrínsecas, o local de inserção e a disposição de determinado elemento em relação ao conjunto são indicadores mais precisos da conveniência do lugar para a formação ou permanência de uma aldeia: uma fonte de água banhada pelo sol nascente, a palmeira jerivá(*pindo etei*) no alto de um monte, os próprios montes de onde se vê o mar, os recortes do mar pelos rios. ” (Ladeira;2008, p.109)

O território Guarani também se caracteriza pela articulação de espaços fragmentados. Os territórios Guarani na atualidade se constituem em pequenas áreas dispersas por Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina não são isolados mas entram dentro de uma rede ligada por vínculos políticos religiosos de parentesco. Os Guarani estão constantemente transitando ao longo da rede. Esse trânsito caracteriza os guaranis como um povo que anda fazendo uma constante troca de pessoas, sementes e conhecimentos (FREITAS, 2007; LADEIRA, 2007).

## 6 O ESPAÇO AMERÍNDIO EM *TUPA NHEE KRETÁ*

Território é uma das categorias básicas para a compreensão das relações dos humanos com seu espaço. A maioria das concepções ocidentais do território embora possam carregar alguns outros elementos culturais tende a girar em torno das relações de poder, o que as torna bastante incompletas especialmente quando se trabalha com a complexidade de elementos constitutivos dos territórios não ocidentais. Um autor que foi capaz de dar uma definição mais completa do território foi o geógrafo brasileiro Milton Santos. Em um artigo de 1999 ele propôs que

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS;1999, p.8)

Quando se pensa a relação dos povos indígenas com seus territórios é preciso ter em conta que eles se constituem a partir de lógicas culturais próprias. Essas lógicas territoriais foram construídas ao longo de milhares de anos de interação com o meio. Segundo Almeida(2015, p.85) os Kaingang, como dito anteriormente, chegaram a alguns milhares de anos vindos dos cerrados do Brasil central e assimilaram populações que já viviam a milhares de anos no planalto meridional, é de se esperar que tenham assimilado os conhecimentos das populações que aqui estavam acerca do meio.

Os Guaranis chegaram um pouco mais tarde e segundo Almeida (2015, p.85) “também passaram a dividir o espaço com os Jê e outras populações caracterizadas como ”caçadoras e coletoras” desde suas sucessivas penetrações no território sul a partir de 2.200 anos do presente, (...)”. A partir do contato com populações previas, do contato com o meio e com grupos rivais, esses grupos vão desenvolvendo sua territorialidade que vai estar fortemente enraizada em suas cosmologias. Por isso os diferentes territorialidades dos kaingangs e guaranis são fruto de sua longa história no Brasil meridional( embora não se restrinja ao Brasil).

O território Kaingang se estendia originalmente de São Paulo ao Rio grande do Sul e Misiones na Argentina, estando dividido em unidades menores. No período colonial e no século XIX os Kaingang estiveram divididos em cacicados que se delimitavam aparentemente a partir das áreas delimitadas pelos grandes rios da região sul. Essas regiões estavam dividias

aldeias (*emã*) que ocupavam determinadas bacias hidrográficas, dentro do território de circulação do grupo pertencente e esse *emã* existiam acampamentos temporários (*vãre*) que eram ocupados sazonalmente em função do aproveitamento de algum recurso. O território Kaingang é mais que o espaço físico, além de possibilitar o sustento material o território precisa reunir outras características, como a possibilidade de reprodução de seu sistema cultural, a mobilidade, acesso a fontes de recursos. Segundo Enge o povo Kaingang

Tendo como referência à aldeia fixa (*emã*) construía o acampamento provisório (*wãre*) em busca da caça-pesca e coleta, sendo que aldeia nunca era abandonada por completa, sempre permanecendo algumas famílias. Outro dado importante que deve ser levado em conta que contribui para uma concepção ampla de território é o vínculo entre os vivos e os mortos. Território kaingang é também onde estão enterrados seus antepassados e onde pretendem enterrar umbigos. Sendo assim, a concepção cultural de território para os kaingang ultrapassa a concepção de terra dos não-índios, voltada prioritariamente para obtenção de lucro “ (Enge;2010,p.,85,86)

No território Kaingang o passado e o presente estão intimamente ligados. *Uri* (tempo presente) e *vãsy* (tempo antigo) se articulam no espaço para criar o cosmo Kaingang, sem esses conceitos não é possível entender as dinâmicas territoriais dos Kaingang. O *vãsy* é o tempo dos ancestrais quando os Kaingang eram plenos e podiam exercer seu bem viver de forma plena, o *Uri*, pelo contrário, se refere ao tempo presente onde os Kaingang têm que lutar constantemente contra a perda de seu território e de seu modo de vida. O território Kaingang precisa propiciar os meios para que o tempo dos ancestrais seja revivido no presente, assim religando os Kaingang com todos os seres. Por isso segundo Almeida

As instâncias que regem as relações espaço/tempo na organização social Kaingang circulam entre mundos, planos ou universos distintos. O ambiente é habitado por diferentes seres, sejam humanos, não humanos ou sobrenaturais, suas relações ocorrem do centro da sociabilidade – casa e roça –, em direção à floresta virgem, lugar da ambigüidade do perigo e da cura, conforme pontua Veiga, e do mundo do alto, passando pelo mundo da terra ao mundo subterrâneo, conforme destaca Rosa. (Almeida;2015, p.108).

Existem vários elementos que caracterizam o território Kaingang, sua presença religa o povo a seus ancestrais. O principal marcador de território é o *Fág* ou Araucária, árvore de grande importância, cuja presença no local segundo Freitas e Rosa (2015,p.253) “(...) evidencia a relação íntima entre os Kaingang e seu território, os sentidos e o afeto de uma ecologia profunda que estava adormecida, na qual os pinheirais, as águas piscosas de *vãsy*/tempo passado são evocados no *Uri*/tempo presente.”. Existem ainda outros marcadores

como as fontes de água fria ou *goj kusá*, as montanhas ou *krĩ, nen pe* ou mata virgem entre outros que tem importância mítica e religiosa (FREITAS, 2005).

Alguns autores têm trabalhado com a ideia de que o território Kaingang se organiza a partir de três espaços concêntricos que vão do mais próximo ao mais distante, a casa, o limpo e a floresta. No espaço da casa predominam as atividades femininas pois segundo Rosa (2005, p.204) “o processo de preparação das sementes de milho em “jamĩ” (bolo de milho), “bolo azedo” e “pixé” para os parentes era também uma atividade que pertencia às mulheres, sendo que ela acontecia no fogo mantido no domínio “casa”. Mas embora a casa fosse um ambiente em que predominava a atividade feminina, afirma Rosa que

os domínios “casa” e “espaço limpo” não eram espaços de trabalho exclusivamente feminino, haja vista que os homens se ocupavam do trabalho periférico tanto na casa como na roça. Por exemplo, enquanto as mulheres assavam o jamĩ embaixo das cinzas de cozinhar da casa, cabia aos homens o cozimento da carne do animal caçado nos fornos subterrâneos no espaço exterior da casa. (Rosa;2005, p.205).

O espaço chamado de limpo é uma zona de transição da casa para a floresta. Nesse espaço estão as roças e clareiras, onde ocorrem atividades como o cultivo, a coleta e a caça. Nesse espaço as principais atividades cabiam às mulheres como o cultivo em pequena escala da semente de milho, além da mandioca, amendoim, Rosa (2005, p.203).

A floresta virgem é uma área de coleta caça e de atividades religiosas. Nesse espaço diferente dos outros predominava a atividade masculina. Como diz Rosa(2005,p.203) “no domínio “floresta virgem” cabia aos homens a realização das atividades centrais — caça, pesca, coleta de mel e pinhão” e a erva mate, aqui os homens caçavam anta, macaco, bugio, porco-do-mato, paca, tatu, quati, também aves como araguaí, gralha, pomba. Às mulheres cabia a coleta de frutas, pequenas larvas, insetos, urtiga, folha de coqueiro. Ainda sobre a floresta virgem diz Almeida (2015, p.200) que” é o local paradigmático do perigo e das práticas xamânicas do kujã. Este é o lugar da iniciação, lugar das relações com o animal-auxiliar e o lugar da coleta dos elementos vegetais e minerais que servem para a cura das pessoas”.

Alguns estudos correlacionam de modo dependente cultura e ambiente. Nessa perspectiva, existem ambientes necessários à reprodução da cultura. A perda desses ambientes compromete a reprodução de certos aspectos da cultura. Esses ambientes permitem a circulação cíclica dos grupos em busca de recursos que permitem atividades econômicas, sociais e rituais. Segundo Tommasino (2002, p.83), o território Kaingang “pode ser assim resumido: constitui-se de um espaço físico — composto por krin (serras), rê (campo,

pasto), nen (florestas), goio (rios) — onde os grupos podem exercer suas atividades de caça, pesca, coleta e plantio (milho, abóbora, feijão e batata-doce).”

No interior desses ambientes propostos por Tommasino podemos encontrar vários elementos que possibilitam acesso a diferentes recursos materiais e espirituais. Podemos considerar esses elementos como unidades de paisagem, Tommasino (2002, p.87) propões as seguintes unidades de paisagem para o território kaingang, Eghó/capoeira, Eratemã/morro, Goio/água, Goio djuro tâ/cabeceira do rio, Goio fyr /margem, Kei endê/perau, Krín/alto planalto, Krín krier/chapada, plato, Krín pruru/serra que tem “limpo em cima”, Krín Rã/serra, Nen/mata, Paró/parede de pedra, Rê/campo, Rê enatemã/lugar despencado, penhasco, Wãí xí/capeira pequena, Wãin/capão de mato, Wãin bang/mata grande, Wéin kiunyá/foz, barra de rio, Wó/ corredeira, Xá/cachoeira.

A proposta de Tommasino acerca dos grandes ambientes nos permite reconhecer a diversidade de recursos buscados pelos Kaingang, contudo é possível acrescentar ainda no escopo dessa pesquisa a importância de *Ga*/terra, por ser um elemento importante da mitologia e fornecedor dos solos cerâmicos.

A floresta é um ambiente fundamental para identidade Kaingang, a própria autodenominação Kaingang remete a esse ambiente, gente do mato, da floresta. Além de recursos o ambiente da mata também fornece identidade aos Kaingang, mais uma vez reforçando a interação íntima entre cultura e natureza, ou melhor, sua não separação dialética.

Na mata os Kaingang estão conectados aos espíritos, lá eles revivem o *vasy* o tempo antigo. Sobre isso Lappe e Laroque afirmam que

os Kaingang, quando estão no mato, sentem-se “índigenas” pelo fato de estarem lá e por sua essência como pessoa. Por isso, quando estão nas matas, nos rios ou caçando e pescando, bem como praticando seus rituais, os Kaingang reatam os laços com o natural e com o sobrenatural. Para os Kaingang, a natureza possui espíritos; a água, a terra, os animais, as plantas possuem espíritos e se comunicam. (LAPPE E LAROQUE 2015, p.153).

A relação dos Kaingangues com a floresta é antiga e bastante complexa. Pesquisas recentes têm mostrado que existe uma correlação entre a presença Jê no planalto meridional e a expansão da floresta com araucárias. Esses estudos mostram que a partir aproximadamente de 1000 d.C. os sítios Jê no planalto aumentam em quantidade e complexidade. Simultaneamente ocorre segundo Iriarte et al (2014, p.242) ocorre uma” expansão abrupta da floresta de Araucária dentro de aproximadamente 100 anos, a rapidez e o momento em que ocorre levanta a possibilidade de uma causa antropogênica”. Embora o aumento da

precipitação nesse período tenha contribuído para essa expansão Iriarte e colaboradores acreditam que

No entanto, o pinhão era um produto importante na dieta dessas culturas e a araucária era utilizada em festividades dos Kaingáng, como o ritual do kiki. Historicamente, os chefes regionais tinham o controle territorial sobre grandes áreas florestais de Araucária (MABILDE, 1988) e festas coletivas eram programadas para o tempo do amadurecimento do pinhão, quando havia abundância de alimento (VEIGA, 2006). É concebível, portanto, que essa expansão do pinheiro do Paraná ocorreu, não apenas por causa da mudança climática, mas também em função da atividade humana, uma vez que promover a expansão deste recurso alimentar era importante em uma série de sentidos, fossem econômicos, políticos ou ritualísticos. (IRIARTE et al ;2014,P.244)

Esse aumento de sítios jê no planalto nesse período coincide com mudanças culturais perceptíveis nos achados arqueológicos. É possível que esse aumento esteja relacionado à chegada dos guaranis ao litoral que teriam deslocado grupos kaingang em direção ao planalto. O aumento abrupto da população do planalto exigiu novos arranjos territoriais e políticos, assim a expansão da floresta de araucária seria uma resposta às necessidades surgidas. Surge uma interação dialética em que cultura e ambiente interagem e se transformam. Segundo Nogueira et al

A hipótese é de que as mudanças ambientais, especificamente a expansão e consolidação da Floresta com Araucária no Planalto(...) teriam exercido um papel fundamental, embora não único, no processo de mudança cultural; portanto de que exista uma co-evolução entre a cultura e o ambiente, entendendo este conceito como a ocorrência de uma transformação evolutiva mútua e simultânea em dois ou mais grupos de diferentes espécies, que apresentem estreitos vínculos ecológicos (NEVES, 1996).” (Nogueira et al;2015, p.36)

Os Kaingang costumam se referir à floresta como “mato”, por isso falam em nomes do “mato”, remédios do “mato” entre outras expressões que usam esse termo. Para esse povo o termo “mato” é um termo denso carregado de significados que excedem muito a palavra floresta. A palavra “mato” ou “mata” se refere ao ambiente que além de ser habitação da flora e da fauna é local de circulação de humanos e não humanos.

Por isso quando os Kaingang se referem a “mato virgem”, que chamamos de floresta primária, não pensam em um local intocado, pois segundo Almeida (2015,p.202) quando falam no “mato virgem” eles não estão se referindo, conforme fazem os não índios, a um espaço em que a ação humana não chegou, pelo contrário, estão se incluindo como um dos seres que circulam no mato, na natureza. “A floresta é local de abundância em que encontram remédios e alimentos, segundo Pörsch (2011, p.33) 55,4% das espécies coletadas em seu estudo eram provenientes da floresta primária. Contudo também é um local perigoso, onde os

seres espirituais agem para bem ou para mal. Essa ambiguidade do “mato” causa fascínio e medo. O “mato” por suas características é um local de construção de identidade, segundo Almeida

Os narradores contam que antigamente o Kaingang era forte, consumia comida do mato, alimentava-se dos bichos do mato, cevava os animais na caça, ainda, bebia água limpa e sem “veneno”. Explicam que o mato fornecia o alimento, mas também os remédios para a cura. Em certa medida, o mato constitui a fortaleza ou a natureza física e espiritual dos Kaingang, o mato faz parte da corporalidade Kaingang visto que a “maioria dos alimentos eram remédios para teu corpo. (Almeida; 2015, p.201)

Essa floresta primária chamada de “mato virgem”, *nen mág ou nen pe* é fundamental para cosmologia Kaingang. A existência de “mato virgem” é necessário a reprodução de seu sistema xamânico, pois só aí se encontram elementos fundamentais para seus rituais realizados pelos kujã os xamãs do povo kaingang. É o local em que circulam os espíritos, os *Tã* – guardiões dos seres da natureza e outros seres, por isso na cosmologia Kaingang é um espaço complementar do limpo e da casa.

## 6.1 GA – TERRA

A terra Ga é um elemento muito importante na cosmovisão Kaingang. A terra deu origem aos Kaingang segundo seus mitos de origem Silva (2011, p.74), isso justificariam a cor de sua pele, o Kaingang tem uma ligação espiritual com a terra, quando nascem seu umbigo é enterrado e quando morrem também são enterrados. Essa relação com o solo segue por toda a vida. A ligação com a terra da força aos indivíduos *pen*, eles carregam *Ga* no nome. Essa relação se refletia também num passado próximo nas moradas dos vivos que usavam casas subterrâneas escavadas no chão, ao mesmo tempo em que os mortos eram enterrados sob montículos de terra, fatos atestados por relatos coloniais e pesquisas arqueológicas. Essa relação de intimidade com o solo segundo Mello e Silva implica em

respeito a sua vocação, significa a aceitação dos ciclos da vida. O próprio homem já foi solo e voltará a sê-lo um dia, por isso respeitar o solo reflete também o respeito aos antepassados. O homem deve buscar uma relação de reciprocidade com o solo, se ele atingir este equilíbrio, o solo permitirá que ele cultive seu próprio alimento, caso contrário não. (MELLO E SILVA ;2012 p.5)

Além de seu valor mítico a terra também tem grande valor prático para os Kaingang pois a terra condiciona sua agricultura, que ainda que fosse considerada insipiente em seu modo tradicional contava como parte de sua dieta(NASCIMENTO, 2017 pg 33-40). Os



Kaingang classificam o solo em terra boa e terra ruim, mas nenhuma terra é boa ou ruim em si, depende do que se pretende cultivar. Embora segundo Silva et al (2015, p.5) as terras de coloração escura são normalmente identificadas como terras boas.

A vegetação local é outro indicativo da qualidade do solo, segundo Mello e Silva (2012 p.4) a partir da observação das plantas os Kaingang “estabelecem relações com a função que aquele solo exerce no ambiente.” Na classificação Kaingang de solos os solos pedregosos são vistos como terra boa para o cultivo de feijão afirma Mello e Silva (2012 p.4), uma percepção radicalmente oposta à visão ocidental. conforme Amaral para os a Kaingang

A qualidade do solo define os tipos de plantas. Quando terra é boa encontramos uma vegetação bem verde e bem diversificada, mas quando a terra não é boa ou não é produtivo aparece uma vegetação como capim barba de bode re kórég, carrapicho ga-tu-kyjer e ómrofo e guaxuma néntuj entre outras, assim a vegetação são como indicadores de qualidade do solo. As plantas indicadoras determinam os tipos de plantas que pode ser cultivadas num certo lugar, até mesmo a cor, o cheiro e compactação da terra. AMARAL (2015,p.20)

Há ainda uma classe de solos que ao longo da história tiveram uma grande importância para as populações Kaingang os solos cerâmicos genericamente chamados de *oré* (palavra também usada para brejo) ou barro. Esses solos os Kaingang classificam em função da cor. Embora na atualidade tenham deixado de produzir cerâmica, visto que desde o contato passaram a usar utensílios de metal produzidos pela sociedade envolvente.

O último grupo a deixar o uso das antigas técnicas foram os grupos de São Paulo que foram “pacificados” na primeira metade do século XX, ainda a tempo de terem essas técnicas documentadas. Historicamente foram as cerâmicas um dos principais fatores que permitiram estabelecer os Kaingang e as culturas ceramistas do planalto. Na área de estudo foram encontrados depósitos de *Oré Kupri*, argila branca que despertou o interesse pela cerâmica. Um morador relatou que existem argilas de várias cores que podem ser aproveitadas para a fabricação de cerâmica.

## 6.2 GOJ – ÁGUA

Outro elemento importante é a água. Para os Kaingang a palavra, *Goj* ou *goio* pode tanto significar água como rio. A água é um elemento importante para a cultura Kaingang, nos séculos passados os grandes rios serviam como divisores dos territórios dos cacicados e as bacias organizavam o território do *emã*.

Segundo Tommasino (2002, p.87) os rios podem ser “(...)goio báng (grandes) ou goio xín (pequenos), goio mág (largos) ou goio tãgryj (estreitos); podem ser korég (ruim, podre) ou hã (bom, saudável) (...)“. As nascentes nas matas são chamadas de Goj kusa que significa água fria.

Para os Kaingang o *Goj kusa* são um recurso importante, Afonso Botelho em “Notícia da conquista, e descobrimento dos sertões do Tibagi, na Capitania de São Paulo” de 1771 relata que ao entrar na região dos Campos de Guarapuava encontrou um Souza(1956,p14)“(...)grande rancho do gentio(...)” e “(...)nas fontes circunvezinhas milho de môlho, e nos lagos pinhão, e outro víveres de que costumam sustentar-se(..)”, essa técnica de manter mantimentos imersos em água fria podia hidratar para a fermentação no caso do milho e conservar por mais tempo no caso do pinhão.

A importância ritual das águas frias das cabeceiras chamadas goj kusá, existia desde o nascimento segundo Almeida(2015,p.93) “próprio nascimento dos filhos era realizado pela parturiente (...) em “ranchos isolados” e próximo de um rio ou arroio de “águas correntosas” e frias, onde os raios do sol não penetravam e a mãe banhava a si e ao recém-nascido”. Nesses locais são realizados banhos rituais realizados pelos kujã, como mostra um relato recolhido por Bento

Muito antes da chegada dos fôg nos nosso território, o Kujá chamado de Góg-nér, batizou nas nascente do Goj-Rÿ(rio Irapuá), banhar as crianças,seus pais e os jovens Kaingang da é poca. Góg-Nér banhava as crianças com folhas ensopadas com a água santa do Goj-Rÿ(rio Irapuá) da qual a entrevistada diz não saber, pois diz ela que, caso o mesmo contasse aos interessados no banho do Kujá, era impossível dar resultado preciso. Então simplesmente todos iam ao banho sem se preocupar em saber do que planta o Kujá estava se utilizando para banhar à todos.” (Bento;2015,P.22)

As águas têm a função de dispor peixes para a alimentação, várias espécies eram capturadas com *parí*. Essa modalidade de pesca envolve elementos de socialização, reciprocidade e de aproximação ao tempo dos ancestrais, tornando os rios com corredeiras importantes ambientes de formação da identidade para o povo Kaingang. Freitas (2005, p.332) afirma que “As margens dos rios, por sua vez, são apontadas como espaços que se abrem ritualmente, configurando territórios partilhados através de práticas rituais que confirmam a solidariedade entre os grupos locais em um território. “. Além de espaços de rituais e de pesca os rios também tem em suas margens espaços de coleta de espécies de uso tradicional Kaingang, como afirma Inácio (2005,p.58) “Nas zonas de cabeceira dos afluentes, em terreno

plano, são comuns banhados com vegetação higrófila e outras espécies de grande importância cultural como o caraguatá (*Eryngium sp*)”

### 5.3 *YVY* – TERRA

O território guarani no século XVI se estendia ao longo de regiões banhadas pelos rios da bacia do Prata no Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina, no Brasil ocupavam também a faixa litorânea ocupada pela mata atlântica desde o litoral sul de São Paulo até o Rio Grande do Sul. Ocuparam áreas de floresta tropical e subtropical, locais com uma grande diversidade de recursos que eram disputadas com outros grupos.

As culturas tupi-guarani tiveram sua origem na floresta amazônica e nas suas migrações em busca de novos territórios deram preferência a locais em que as técnicas desenvolvidas na região amazônica fossem viáveis, onde existissem florestas primárias. Esse é o primeiro sentido da busca por *Yvy maraney* a terra sem males segundo o jesuíta Montoya que escreveu o primeiro dicionário da língua guarani Brandão (1990,p.64) . Alguns autores apontam que a movimentação das culturas de matriz tupi-guarani, especialmente os guaranis, além dos elementos práticos como a busca de novas terras agricultáveis, também seria causada por elementos míticos e religiosos nessa busca por *Yvy maraei*.

No presente os guaranis estão divididos em três parcialidades, Kaiwas, Nhandevas e Mbyas. A parcialidade Mbya é predominante no sul do Brasil, tendo várias aldeias no litoral paranaense, a aldeia Tupã *nhe'e Kretã* é parte do território dessa parcialidade. Uma característica marcante da territorialidade Mbya é que ele constitui uma rede de pequenas áreas ligadas por laços de parentesco e pertença em que existe intensa circulação de pessoas, sementes e ideias. Uma territorialidade difusa em que dentro de uma área que ocupa partes do Brasil, Argentina e Paraguai.

As terras mbya se constituem em “ilhas” cercadas por outras territorialidades e ligadas por uma rede de caminhos. As matas desse território são manejadas para suprir o povo de recursos, como diz Feijó (2015, P. 90)” (...)os Mbyá Guarani, por meio da sua perspectiva de mundo e técnicas, transformam o ambiente(...)”. Nesse sentido, além de manejarem os ambientes os guaranis seriam dispersores de espécies por seus territórios e pelos caminhos que ligam esses territórios. Esse manejo é bastante antigo pois segundo Pereira

Existem evidências muito bem sustentadas por inúmeros dados arqueológicos e geológicos sobre as modificações dos ecossistemas causadas pelos povos indígenas.

No caso Guarani e de outros povos do tronco Tupi, como os Tupinambá das Regiões Sudeste e Nordeste, os ambientes eram geridos para possibilitar a adequação dos seus sistemas de assentamentos, das trilhas ao longo das matas para conectar diversas aldeias (DEAN, 2002). Estes caminhos formariam redes que conectariam as aldeias, os seus acampamentos para exploração de recursos da mata, dos sistemas fluviais e do mar, característicos da ocupação do litoral meridional brasileiro, desde Rio Grande até Paranaguá, inteiramente dentro do Bioma Mata Atlântica (NOELLI, 2004).”(Pereira;2016,p.212)

No passado os guaranis estavam organizados em cacicados que se estendiam por grandes áreas, eles eram chamados de guará. Esses guarás estavam divididos em unidades menores chamadas de tekoa (aldeia). Os tekoas ocupavam áreas que forneciam uma grande diversidade de recursos. Esse sistema de organização se desintegrou após as guerras guaraníticas, mas o tekoa continua sendo a unidade fundamental da organização guarani. O termo deriva de teko que segundo Ladeira (2008, p.161) “abrange os significados de ser, estar, sistema, lei, cultura, norma, tradição, comportamento, costumes”. É o *teko* que caracteriza os guaranis enquanto povo, por isso tekoa é o espaço que permite a vivência do teko, onde existem recursos para que o modo de vida guarani seja pleno. Como explica Ladeira

À expressão “*tekoa porã*” está também associada a noção de vida livre “, isto é, o viver que pode ser exercido em conformidade com os mandamentos divinos, sem interferência e sem conflitos com os juruá(brancos). Quando os mbyá definem a Serra do mar como “terra boa”(tekoa porã), isso significa que ali ainda é possível reproduzir as normas tradicionais em termos do uso da terra e da relação com os parentes.”(Ladeira ;2008,p.23)

A constituição de um *tekoa* depende da presença de certos ambientes que oferecem recursos necessários a reprodução do *teko*. Para que o *teko* seja realizado é preciso que os guaranis se alimentem de alimentos da categoria “*eté*”, alimentos verdadeiros que foram dados por *nhanderu*, que tenham meios de manter os rituais e a reciprocidade. Segundo Freitas,

Tais ambientes são reconhecidos pela presença de ka’aguy porã/mata bonita, de yakã porã/nascentes de água limpa, de kokue/roças tradicionais férteis e de determinados seres – vegetais e animais. Trata-se de ambientes de florestas e nascentes, cujas áreas mais conservadas correspondem às identificadas pelo karaí como o coração da terra. A imagem do coração demarca ao mesmo tempo uma posição de centralidade no corpo da terra e uma função de distribuição de fluxos cósmicos associados à espiritualidade, à vitalidade e às águas” (FREITAS;2007, p.26).

O ambiente florestal se caracteriza como *ka'agüy porã*/mata bonita, essa mata não é apenas bonita ela é também boa, pois a palavra *porã* carrega também esse sentido. Os guaranis classificam as florestas segundo a fisionomia que ele as assume em função do relevo. Segundo Freitas (2007, p.50) os guaranis reconhecem as seguintes formas de relevo associadas a formação de diferentes fisionomias das florestas, as serras/*yvy awaté*, as encostas/*yvy a*, os platôs/*yvy adjodjá porá* e ainda as planícies/*yvy angüy*.”(figura 14). Assim os guaranis reconhecem diferentes espaços que exercem diferentes funções e são utilizados com variada intensidade.

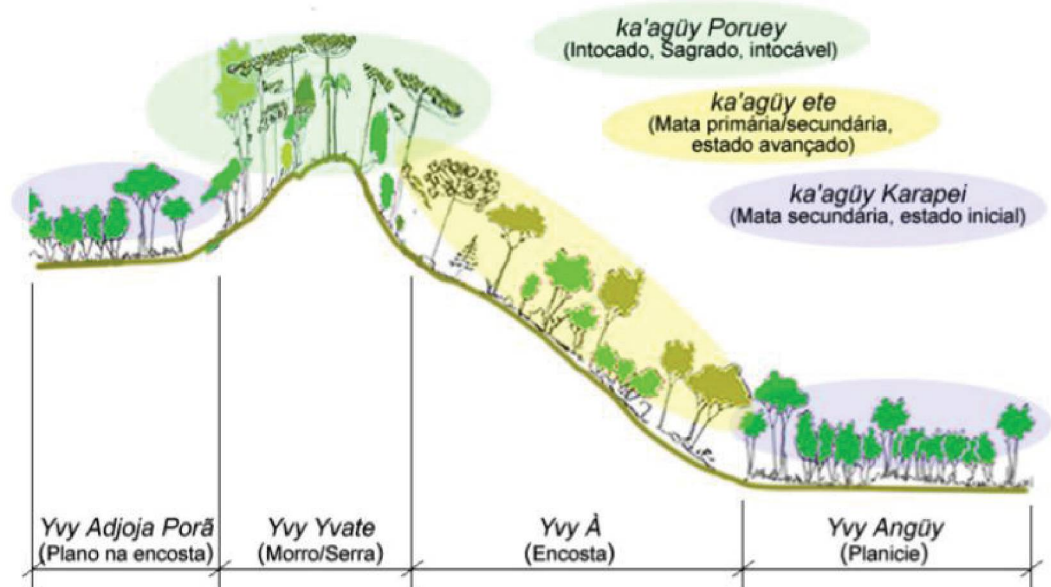


FIGURA 14: Classificação em função do relevo. Adaptado de Aguirre Neira (2008, p.85, que por sua vez adaptam de FREITAS, 2007)

Dentre esses espaços o que tem a maior importância e significado cosmológico é *yvy awaté*, é um espaço pouco usado, mais reservado ao uso ritual. É um espaço de cura por ser visitado pela neblina vivificadora de Jasuka. Também é um espaço de coleta, sobretudo de ervas medicinais e rituais. De acordo com Freitas

É um espaço reconhecido como primevo pela sua fertilidade e umidade. É em *yvy awaté* que floresce a *ka'agüy poru eÿ*: a floresta que não deve ser cultivada, pois é considerada sagrada por abrigar as nascentes e cabeceiras dos rios/*yakã*. A névoa que permanentemente envolve estas terras altas é interpretada pelos Guaranis como a “fumaça da mata”, sendo reconhecida como de valor curativo e terapêutico pelos *karaikuery/xamãs* por estar associada à recriação do mundo. É nesta região elevada, onde nascem as águas, que habitam os seres guardiões da floresta. (Ladeira, 2004:239). (Relatório/2006) (Freitas, 2007, p.53)

Cada área é utilizada de forma diferente, mostrando que o relevo é um fator importante para os guaranis. Freitas (2007, p.87) nos informa que as serras (*yvy awaté*) correspondem aos espaços de caça e coleta; o relevo de transição das encostas (*yvy á*) é espaço de uso agrícola e a planície (*yvy anguy*) são espaços propícios para a construção das aldeias.

O solo tem importância sobretudo para a agricultura. Sua classificação dos solos são feitas a partir de dois critérios, sua localização e sua capacidade de produção. Quanto ao primeiro critério os solos podem segundo Araújo(2007,p.27) ser classificados em“(...) *yvy ambé*, ‘terra baixa’; *yvy arinhaetã*, ‘terra no início do morro’; *yvy am*, ‘terra no meio do morro’; *yvy amboeá*, ‘terra em cima do morro’.” Essa classificação se justifica devido às restrições de uso que se impõe devido ao esforço exigido de seu uso.

O outro critério é a capacidade de produzir o *avati etei*(milho tradicional guarani), nessa classificação existem apenas duas classes *Yvy porã*, as ‘terras boas’ capazes de produzir e *Yvy vaikué*, as ‘terras ruins’ que não se prestam a uso agrícola. Em termos de relação solo/vegetação segundo Araújo(2007,p.26) *yvy porã* (‘terra boa’) e *yvy vaikué* (‘terra ruim’) correspondem a *kaagüí karapeí* (matas baixas) e *kaagüí eté* (matas altas).

### 6.3 YY- ÁGUA

Como para outras culturas de origem amazônica a água tem grande importância para os guaranis. Historicamente desde sua chegada ao sul do Brasil os Guaranis tem ocupado preferencialmente as margens dos grandes rios e o litoral. Segundo Tempass (2015, p.7)

“deveríamos pensar as tekoá como um complexo de “águas-matas-roças-casas. Isso porque, como me afirmaram várias vezes os meus interlocutores Mbyá-Guarani, não existe tekoá sem “boas águas”.

As águas têm uma grande importância espiritual. Um elemento importante para a constituição de um tekoa é a presença de uma fonte de água banhada pelo sol nascente Ladeira (2007, p.97). Águas limpas são importantes pelo fato de que a saúde do corpo interfere na evolução da alma, assim sem água saudável não é possível praticar plenamente o teko. Conforme Tempass

Também são muito importantes as “vertentes” de água nas matas próximas às casas dos Mbyá-Guarani. A água “corrida” (que para eles é contrário de água parada) é fonte de juventude para os Mbyá-Guarani, é uma forma de protelar a vida nesta terra e com isso obter mais sabedoria (...)os Mbyá-Guarani precisam lavar o rosto com a água “corrida” fria todos os dias logo após acordar. Isso porque ela contém propriedades que conferem saúde, bem-estar e “vida”(Tempass;2015,p.7)

## 7 ETNOCARTOGRAFIA

A etn-cartografia ou etnomapeamento tem se desenvolvido nas últimas décadas e gerado diferentes reações. Isso se deve ao fato de a cartografia ter sido ao longo dos séculos um instrumento de dominação, tanto que era conhecida como ciência dos príncipes Harley (1988) e estava restrita aos governantes. Essa cartografia desenvolvida por grupos dominantes ignoram o conhecimento local pois como afirma Correia(2007,p.27) “(...)Os propósitos deles são de cunho político, estavam direcionados principalmente para os processos de conquistas social e territorial.”Nesses últimos séculos a metodologia da cartografia foi refinada com o desenvolvimento de técnicas apoiadas em métodos matemáticos que deram a essa arte um ar mais científico.

Contudo mesmo com o desenvolvimento técnico a cartografia não deixou de ter um forte componente ideológico, e continuou sendo um instrumento de dominação. Com o desenvolvimento das correntes humanistas inspiradas na fenomenologia começou a surgir interesse nos elementos subjetivos dos mapas e como eles estavam ligados a cultura que produzia esses mapas. Hi-Fu Tuan em sua obra clássica Topofilia Tuan (1980, p.39) analisou brevemente a forma como Esquimós Aivilik percebiam e representavam a ilha southampton na baía de Hudson no Canadá. Tuan percebe que além dos contornos da ilha o mapeamento esquimó revelava sua visão de mundo, mostrando a importância concedida a certos lugares em relação a outros. Na segunda metade do século XX com a popularização das chamadas etno ciências começam a surgir estudos que buscam compreender como os grupos étnicos percebem, organizam e representam seu espaço.

O trabalho de etno mapeamento com os povos indígenas tem gerado alguma controvérsia. Alguns autores como Ataíde e Martins (2005) e Bavaresco (2009) pensam que os etno mapeamentos são instrumentos capazes de dar autonomia e controle a esses povos sobre seus territórios, através do etno mapeamento eles se tornariam mais conscientes de seus recursos e possibilidades. Contudo essa visão não é compartilhada por CORREIA (2007) que embora reconheça os méritos, percebe nos etno mapas o risco de tornarem-se em mais um instrumento de controle de recurso pelos brancos, principalmente pelo fato que a prática vem sendo feita sob a influência da ideologia do desenvolvimento sustentável que carrega uma série de problemas que não são foco desse estudo. Basicamente o etno mapeamento é um processo de produção cartográfica que trabalha com a representação dos saberes de



populações tradicionais, via de regra é uma construção coletiva que trabalha temas de interesse da comunidade. Muitas iniciativas de etno mapeamento tem partido de ONG's e de órgãos governamentais com a proposta de ajudar as comunidades tradicionais a gerirem seu território. Segundo Correia

Ações relacionadas à gestão dos territórios têm sido estimuladas por meio dos mapeamentos participativos, como no caso do etnozoningamento, do diagnóstico etnoambiental e do etnomapeamento, procurando uma maior interação entre conhecimentos científicos e conhecimentos de povos indígenas sobre o uso dos recursos naturais. (Correia 2007, p.75)

Esses mapas trabalham com a concepção de mundo da comunidade que os elabora. Por isso revela suas categorias ecológicas ou etnoecológicas e a distribuição dos recursos que são importantes para a comunidade. Segundo Ataíde e Martins (2005,p.2) a etno cartografia é “(...) uma possível ferramenta de gestão se justifica por ser o produto da etno cartografia um repositório de conhecimentos diversos que permite compreender melhor as relações de seus autores com o meio em que vivem.”

Quanto a legitimidade dessa prática Ataíde e Martins (2005, p.2) pensam que o fato de ter a participação dos interessados e acolher o saber tradicional em sua elaboração torna a etno cartografia um instrumento legítimo de emancipação desde que sua participação não se resume à elaboração das cartas.

As etno cartas costumam trazer estruturas construídas, elementos naturais, econômicos e espirituais que tem importância para a comunidade. Segundo Ataíde e Martins (2005, p.4) “(...)Ao inserir nas etnocartas os aspectos geográficos, os locais sagrados, de interesses sociais, econômicos e culturais, as comunidades tradicionais estariam também definindo a vocação natural destas áreas(...)”, pois a comunidade que tem ocupado o território por gerações é que pode ter uma compreensão mais profunda da vocação da terra. Muitos projetos desenvolvidos em terras indígenas fracassaram exatamente nesse ponto, ignoraram o saber local acumulado de muitas gerações e impuseram uma lógica exterior.

Como as informações inseridas nos mapas nascem de vivências do dia a dia, da tradição e da observação que podem servir de subsídios para diversos estudos. A ocorrência e distribuição de micro ambientes, a densidade populacional de certas espécies entre outros indicadores biológicos, o grau de perturbação de um determinado ambiente Ataíde e Martins (2005, p.5) entre outras informações ambientais úteis ao manejo e a preservação.

O autor informa ainda que as etnocartas são ainda capazes de retratar Ataíde e Martins (2005, p.6) “(...) a forma como as populações obtêm os recursos de que necessitam, bem como quais recursos têm valor de uso para estas comunidades. (...)” mostrando como os grupos se relacionam com o meio possibilitando seu uso, permitindo um zoneamento eficaz. Conforme Ataíde e Martins (2005, p.7).

A cartografia é um importante elemento de zoneamento ecológico. Principalmente nas últimas décadas com o desenvolvimento do sensoriamento remoto e o geoprocessamento o uso da cartografia digital possibilitou o monitoramento de grandes áreas da superfície terrestre, detectando rapidamente mudanças na cobertura vegetal. Contudo nem sempre é capaz de detectar aspectos relacionados ao manejo da paisagem por comunidades tradicionais. Aspectos importantes dessas áreas não podem ser detectadas por métodos convencionais. Assim o etno mapeamento surge como um instrumento auxiliar na compreensão das dinâmicas espaciais dessas áreas. Como dizem Ataíde & Martins (2005).

A etnocartografia se propõe a ser o aliado da cartografia convencional que permitirá superar estas limitações, retratando processos dinâmicos e evidenciando dados até então ignorados, que se relacionam com a dinâmica social dos diversos atores envolvidos no ZEE. O estudo ratifica esta potencialidade da etnocartografia como mais uma ferramenta a ser utilizada em estratégias de conservação da diversidade biológica e políticas de Zoneamento Ecológico Econômico. (Ataíde & Martins 2005, p.7)

## 8 A GEOMETRIA DO TERRITÓRIO

Como já foi observado, a forma com que o território é representado pode dizer muito sobre o que o cartógrafo pensa do território, seu pensamento fica registrado na configuração das estruturas. Isso é tão verdadeiro sobre a cartografia ocidental quanto sobre a etnocartografia.

Para chegar a compreensão desses mapas Brian Harley propôs uma análise a partir da observação de três aspectos dessas estruturas que são segundo Harley (2009, p.11), “a geometria dos mapas, os silêncios nos conteúdos dos mapas, as tendências à hierarquização na representação cartográfica.”

O primeiro aspecto que deve ser observado na interpretação dos mapas segundo a proposta de Harley é a geometria do território. A disposição dos elementos e o tamanho do território são itens que revelam os valores dessa sociedade.

Na análise da influência da subjetividade na criação de mapas Harley (2009, p.11) diz que existe um processo sutil pelo qual os valores de uma sociedade se inserem no conteúdo dos mapas que são criados. São estruturas ocultas que imprimem sentido às imagens.

Um ponto importante na análise da geometria do território é o lugar central. Existe uma tendência em representar em uma posição central os elementos que são mais próximos ou importantes relegando à periferia os elementos que trazem menos familiaridade.

Tuan(1980,p.38) observou em relação aos indígenas do Novo México que “(..) os Navajos não se apegam tanto à ideia de centro; mais importante para eles é, a ideia de zonas concêntricas do espaço vital, que se tornam sucessivamente mais estranhas à medida que se distanciam do centro.”. Esse modo de dispor a representação do território é um modo de reforçar determinada visão de mundo que tem consequências ideológicas pois segundo Harley

(...)estrutura geométrica dos mapas, vale dizer, a concepção gráfica que determina o lugar central ou a projeção, fixando o modo de transformação em relação ao globo terrestre, é um elemento que pode amplificar o impacto político de uma imagem, mesmo quando alguma distorção não é buscada conscientemente. Um traço universal dos primeiros mapas do mundo, por exemplo, reside na maneira pela qual eles foram regularmente centrados no “umbigo do mundo”(...) É difícil apreciar o efeito desta geometria, que reforça certos lugares, sobre a consciência social do espaço(...)(Harley;2009,p11)

Essa tendência de estruturar e representar o território a partir de zonas concêntricas como observou Tuan, também está presente entre povos indígenas Brasileiros. Trabalhando

com a espacialização da cultura do cipó entre os Kaingangues do Rio Grande do Sul, Freitas (2005) observou esse padrão(Figura 15)

No centro do diagrama temos a aldeia ou área núcleo de residência.(...)O primeiro círculo define a área de circulação imediata,(...)corresponde aos domínios territoriais de uma sub-bacia hidrográfica ou parcela desta(...)O segundo círculo estende-se por 20 a 30 quilômetros e corresponde aos domínios da bacia hidrográfica(...)os Kaingang de distintas parcialidades podem se encontrar nas florestas/partilhar unidades de recurso quando acionando este círculo.(...)O terceiro anel de territorialidade corresponde às expedições no âmbito da região hidrográfica, conectando duas ou mais bacias. Este anel permite reconhecer os limites mais amplos da territorialidade do Mrũr Jykre, que inclui as terras de parentes, as aldeias e terras indígenas do interior do continente e do litoral, referindo não apenas a dimensão eco-lógica deste território, mas sócio-lógica. (...). (Freitas;2005,p.355)

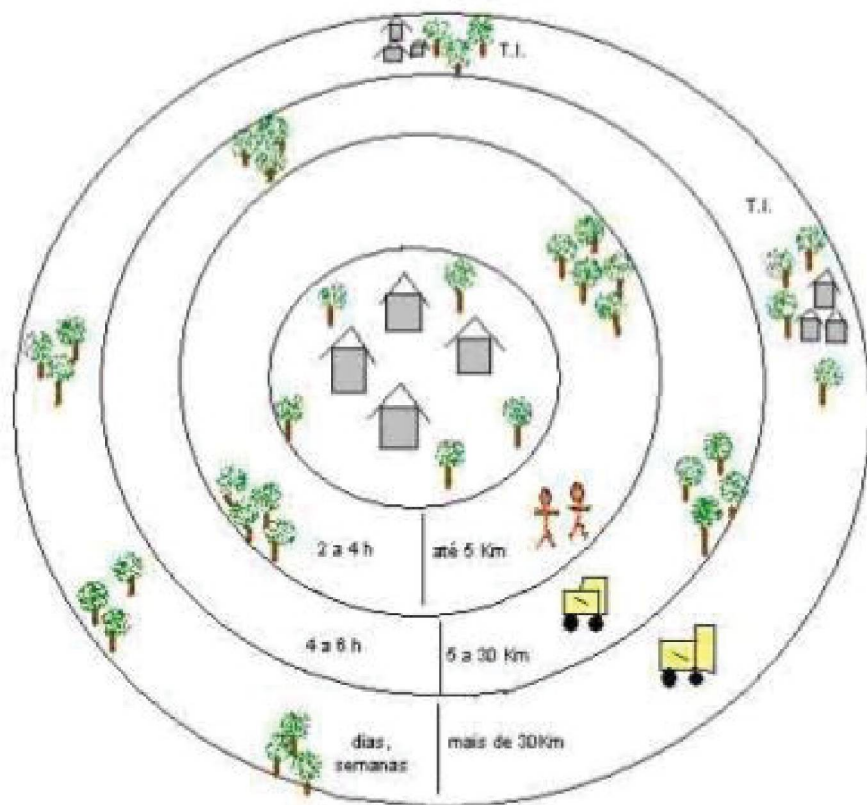


FIGURA 15: Anéis de territorialidade Kaingang (Fonte: FREITAS,2005, p.354)

Tratando da economia dos Kaingang da bacia do rio Tibagi, Almeida e Tommasino (2014) constroem um gráfico que mostra a mesma lógica territorial(Figura 16). Segundo Almeida e Tommasino essa configuração é devido ao

(...)dualismo, marcado pela relação complementar e assimétrica entre opostos, introduz valores de um triadismo característico de outras sociedades

Jê/Bororo. Este triadismo reflete valores de um dualismo concêntrico que significa a existência fundamental da complementaridade entre a casa, o limpo e a mata (CRÉPEAU, 1997). (Almeida & Tommasino; 2014, p.27)

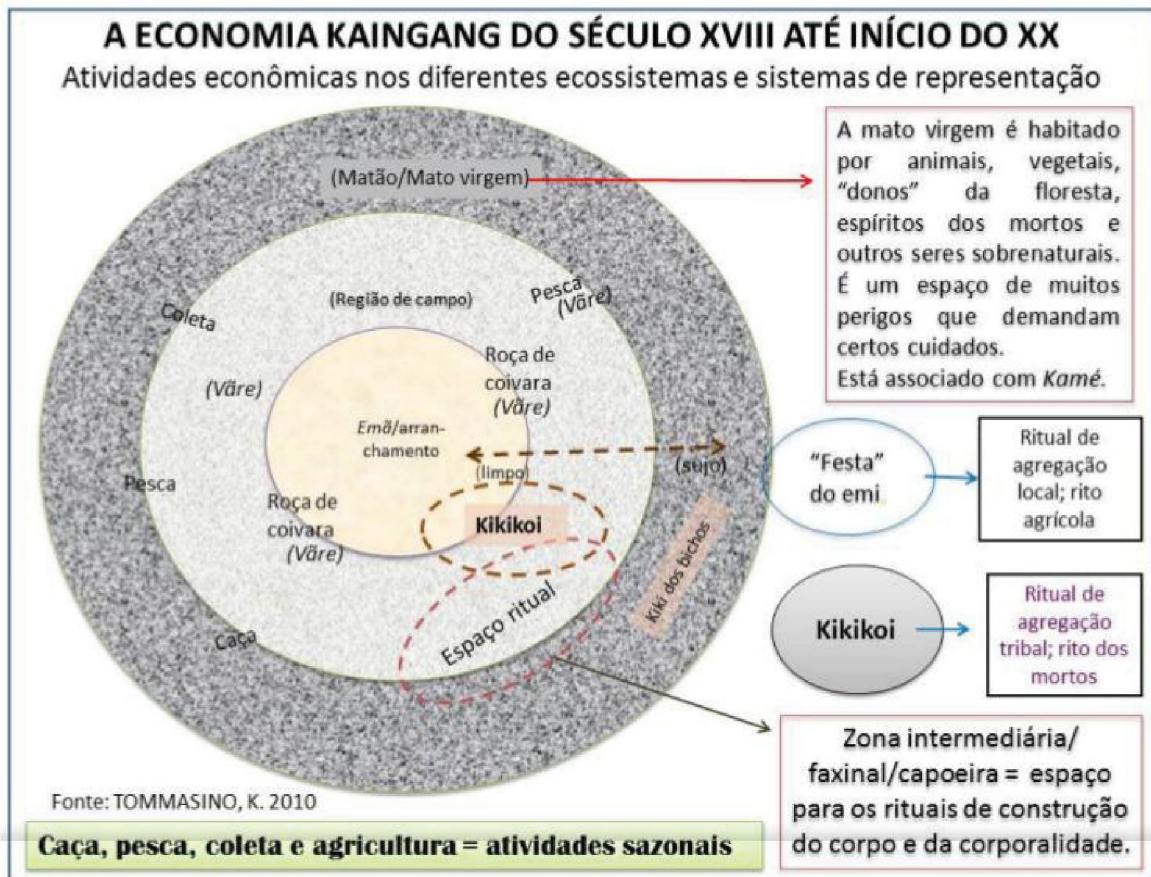


FIGURA 16: Economia Kaingang. Adaptado de Almeida & Tommasino(2014,p.27)

9 ETNOCARTA DE TUPÃ NHE'E KRETÃ

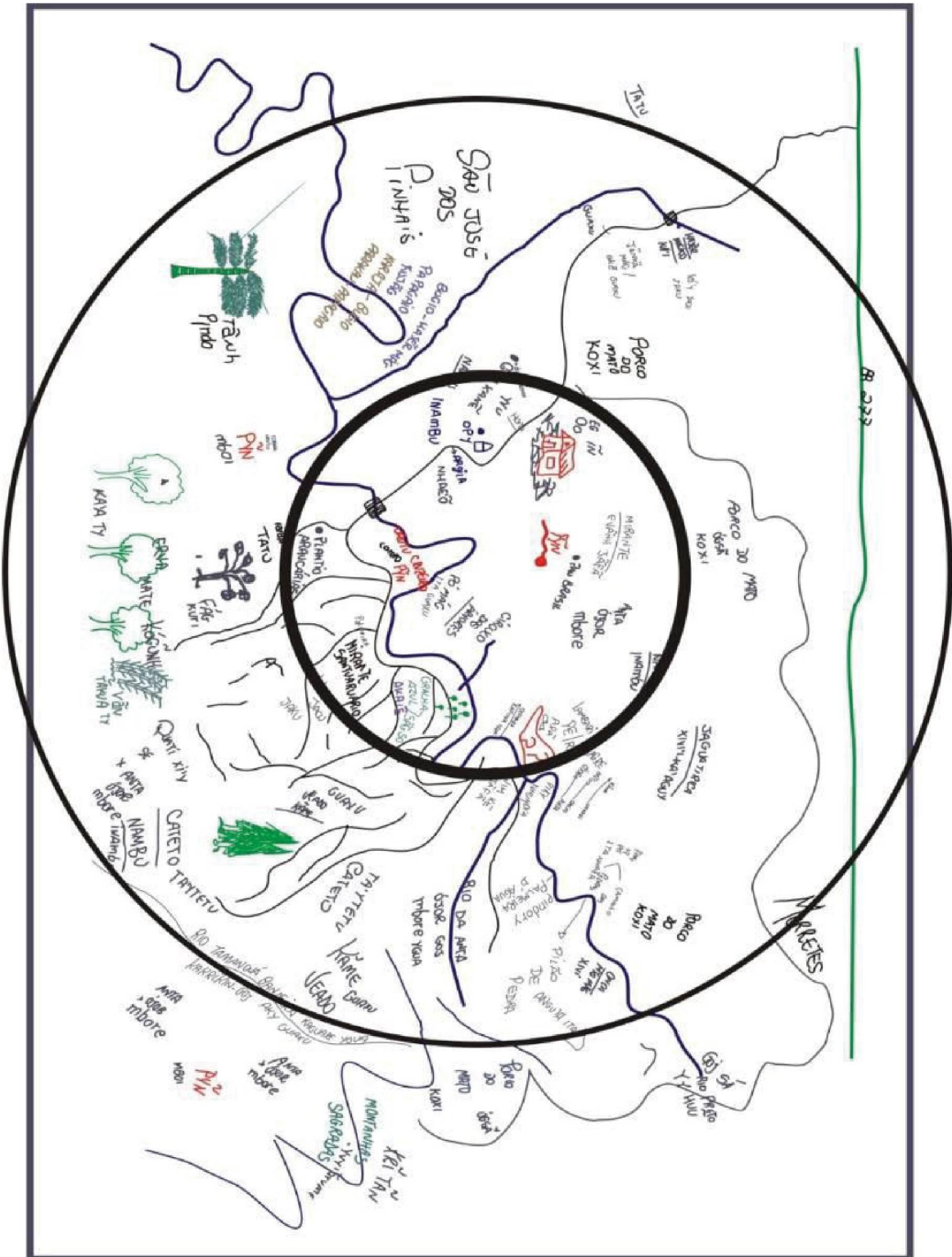


FIGURA 17: Etno carta – Fonte: Imagem vetorizada sobre fotografia do mapa original elaborado pela comunidade indígena de Tupã Nhee Kretã.

Algumas considerações sobre o mapa. A distribuição dos elementos dentro de zonas concêntricas pode ser percebida no mapa (Figura 17). Seguindo a lógica de partir do centro mais conhecido utilizado para a periferia menos utilizada e conhecida, a zona central congrega moradias, escola, *opy* e roça; na zona intermediária predomina vegetação em regeneração (floresta secundária, vassourais, ) e finalmente a zona periférica em que se encontram Mata virgem, montanha, nascente dos rios.

No centro do mapa está a área que fica entre a *Opy* (casa de rezas), o campo de futebol, o mirante e o santuário. Essa área concentra a maior parte das atividades da aldeia, aqui são executadas tarefas que visam a manutenção da aldeia e suas relações com os *fóg/juruá*. Existe uso intenso das línguas kaingang, guaraní e portuguesa.

A aprendizagem tradicional e formal se intercala, o espaço todo é espaço de aprendizagem. Os *fóg/juruá* que visitam a aldeia são recebidos e participam das atividades culturais como as músicas e danças. Devido às limitações impostas pela degradação do solo pela atividade madeireira que ocorria na área apenas uma pequena horta é cultivada próxima das casas, a criação de animais domésticos também é dificultada pelos ataques de predadores como gato do mato e o graxaim.

Devido a limitação das condições naturais desfavoráveis encontradas na área da aldeia as atividades de coleta. Que são tradicionais dos povos Guarani e Kaingang são bastante limitadas.

Diante disso os moradores da comunidade têm lançado mão de outros meios para adquirir o necessário à subsistência. Muitos dos moradores recebem bolsa família e doações de pessoas que visitam a aldeia. A atividade turística tem sido explorada pelo fato de ser muito mais que uma atividade econômica permite o fluxo de materiais, renda e novos contatos. Isso permite que se pratique a economia da dádiva, um princípio cultural importante tanto para guaranis quanto para Kaingang. Pela dádiva esses outros *juruá/fóg* são incluídos em seus sistemas cosmológicos e tornados aliados. Isto tem permitido compartilhar a cultura e desfazer mal-entendidos sobre os povos Guarani e Kaingang e a aproximação às lutas pela terra.

É principalmente dentro dessa área que ocorrem as atividades econômicas que visam o sustento da aldeia. Aqui é produzido o artesanato vendido aos turistas, são recebidas as doações que são parte importante da economia e circulam os turistas que visitam a aldeia.

No contexto sobre a reflexão entre cultura, sociedade e ambiente, considerando o turismo indígena. As visitas constantes exigem um trabalho contínuo de manutenção das

trilhas que ligam os locais de visita. As atividades da *Opy* e do santuário são importantes para reforçar a identidade diante da sociedade circundante.

No mapa aparece uma nascente próxima ao local das moradias, além da praticidade no uso do recurso também carrega um sentido espiritual tanto para os Guarani quanto para os Kaingang, os Guarani, segundo Ladeira (2007), sempre buscavam para fazer seus assentamentos próximos a uma fonte banhada pela primeira luz do sol, para os Kaingang é o local onde são feitos banhos com ervas que curam (curam em um sentido amplo).

**TABELA 1: ELEMENTOS DA ÁREA CENTRAL**

PORTUGUÊS	KAINGANG	GUARANI	DESCRIÇÃO
Moradias	Eg ãn	Oo	Casas construídas pela madeireira
Mirante	Evãnh jáfã		Uma plataforma de madeira em local
Casa de resa		Opy	Construção de pau a pique
Santuário			Armação de bambú e troncos
Círculo de árvores			
Plantio de araucárias			
Palmeira			
Pau Brasil			
Água nascente	Goj kanẽ		
Argila		Nhae'õ	
Horta			
Nambu		Inambu	
Urutu cruzeiro	Pÿn		
Gralha azul	Sãg so	Akiẽ	
Pedra grande	Pó mág	Ita guaxu	
Capivara		Kapiva igua	
Lambarí	Pẽ	Pirã	
Anta	Ójor	Mbore	
Campo			

FONTE: Etnomapa



Na zona intermediária estão recursos explorados pela comunidade. O uso dessas áreas é menos intenso, existe uma densa malha de pequenas estradas feitas pela empresa madeireira que explorava um reflorestamento de pinus, além das estradas restaram dessa atividade madeireira também uma grande quantidade de troncos abandonados que obstruem o curso dos riachos e indivíduos isolados ou pequenos agrupamentos de pinos que se espalham pela vegetação nativa em recuperação.

A presença de animais selvagens nessa área é constatada pelas pegadas que são encontradas nas estradas e beira dos rios. Além de madeira essa área também dispõe de plantas nativas usadas em artesanato, na alimentação e como remédio. Nessa área ocorrem algumas atividades turísticas, pois existem rios para banho e locais preparados para camping.

Embora parte dessa área que aparece no mapa esteja fora da terra indígena, ela também é visitada pela comunidade que encontra recursos necessários. A araucária/*fág* que é um forte elemento de identificação do território do povo Kaingang é encontrada ao sul e oeste da aldeia, nessa área estão descritos seres de importância identitária e espiritual, os animais mensageiros *yangre* e o *koxi* mensageiro de *nhanderu*.

**Tabela 2: Elementos da área intermediária**

PORTUGUÊS	KAINGANG	GUARANI	DESCRIÇÃO
Veado	Kãme	Guaxu	
Bugio	Kajêr Mág	Karaja	
Porco do mato	Óg sã	Koxi	
Macaco	Kajêr	Ka'i	
Jaguatirica		Xivi'i ka'agui	
Onça	Mĩng/Mĩng mág	Xivi	
Anta	Ójor	Mbore	
Cateto		Ta'ytetu	
Quati		Xi'y	
Tatu	Fãfã		
Nambu		Inambu	
Papagaio		Parakau	
Jacu	Kó'y	Jaku	
Bagre	Rÿn		
Jundiá	Piky	Nhundia	
	Vim kē jãfã		
Cobra urutu	Pÿn	Mboi	

## Fonte

Tabela 2: Elementos da área intermediária

PORTUGUÊS	KAINGANG	GUARANI	DESCRIÇÃO
Jerivá	Tãnh	Pindo	
Erva mate	Kógũnh	Ka'a ty	
Araucária	Fág	Kuri	
Taquara	Vãn	Takua ty	
Palmeira d'água		Pindo yy	
Portão grande	Jãkã mág	Okẽ guaxu	
Caminho das pedras	Ëpry fỹ pó	Ita nhaẽa Anguja ita	
Rio da anta	Ójor goj	Mbore ygua	
Rio tamanduá bandeira	Kakrĩkin-goj	Kaguare yova Aky guaxu	
Pinus			

FONTE: Etnomapa

Na última área estão as montanhas e as nascentes dos rios. Área de florestas primárias sagradas para os dois povos, uma região importante para a prática ritual e a obtenção de plantas que curam. Território poderoso e perigoso onde estão os guardiões (*Tã* para os Kaingang e *Já* para os Guarani) e os espíritos. A bruma que se forma nessas montanhas é medicinal e remete a neblina de *Jaxuka* para os Guaranis, Iguamente importantes para os Kaingang que tem nessas áreas as *goj kusá* as nascentes de água fria.

Tabela 3: Elementos da área intermediária

PORTUGUÊS	KAINGANG	GUARANI	DESCRIÇÃO
Jerivá	Tãnh	Pindo	
Erva mate	Kógũnh	Ka'a ty	
Araucária	Fág	Kuri	
Taquara	Vãn	Takua ty	
Palmeira d'água		Pindo yy	
Portão grande	Jãkã mág	Okẽ guaxu	
Caminho das pedras	Ëpry fỹ pó	Ita nhaẽa Anguja ita	

Rio da anta	Ójor goj	Mbore ygua
Rio tamanduá bandeira	Kakrĩkin-goj	Kaguare yova
Pinus		Aky guaxu

FONTE: Etnomapa

### 9.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE TOPONÍMIA

Um dos modos das potências europeias exercerem seu poder sobre o imaginário era impondo uma toponímia europeia aos territórios controlados ou pretendidos. Dessa forma apaga-se do imaginário a presença dos habitantes originais. Na América portuguesa nomes tupi foram impostos aos locais da província de São Paulo (SAMPAIO,1901), quando a língua geral era a língua Franca, da qual o Paraná será desmembrado mais tarde (1855).

Em um segundo momento a partir do período pombalino os nomes portugueses passam a predominar. Uma forma de descolonização é não aceitar os nomes que expressam a ideologia do colonizador e rebatizar com uma toponímia feita a partir de sua visão de mundo.

É notável no mapa a mudança dos nomes dos rios, o rio preto Goj sá Yy huũ , rio tamanduá bandeira Kakrĩkin-goj Kaguare yova, rio da anta Ójor goj ,Mbore ygua. E também a serra da igreja é rebatizada de Krĩ Tãn ,Yvy Yvate.

## 10 A EDUCAÇÃO ESCOLAR E OS NOSSOS MITOS

Como Yuval N. Harari (2017) mostra em seu livro *Sapiens* que as sociedades se constroem e se mantêm através de mitos compartilhados. Contudo todos sempre creem que seus modos de vida baseados em seus mitos refletem a ordem natural das coisas, não uma ordem culturalmente criada. Isso ocorre tanto com as sociedades tribais como com a sociedade capitalista ocidental. Segundo Harari as sociedades não são possíveis sem os mitos, mas os mitos podem ser trocados por outros mitos dependendo da dinâmica dessas sociedades. Nesse sentido os mitos que organizam a vida na sociedade capitalista têm se mostrado daninhos. Harari mostra que existem muitos fatores e crenças que nos escondem o fato de que as ordens existentes são culturalmente construídas. Que a ordem imaginada deriva e reflete a ordem natural que determina a configuração do espaço, a ordem imaginada determina nossos desejos e com isso os nossos padrões de ação no mundo.

A escola é uma instituição voltada a reforçar os mitos vigentes, mas pode ser o local de aprendizado de outras míticas. Mitos são leituras de mundo, por isso aprender a ler os mundos descortinados pelos mitos indígenas nas escolas seria fundamental para criar uma narrativa de como o ser humano pode e deve estar no mundo.

O filósofo marxista Luis Althusser (1980) afirma que a escola é um aparelho ideológico do estado. O objetivo da escola inclui reforçar os mitos da sociedade dominante, mas também carrega a possibilidade de mudar esses mitos.

Nesse ponto conhecer os mitos indígenas e as possibilidades de relações em rede que eles mostram envolvendo os homens entre si e seu meio são carregados de potencialidades, para trabalhar uma visão sustentável do mundo. O pensador Paulo Freire pensa que a escola deve ser um ambiente em que se aprende a ler o mundo, leitura de Mundo é um conceito chave do seu pensamento, os homens se educam uns aos outros mediados pelo mundo, mundo esse lido por nossos mitos. Nas palavras de Paulo Freire

O ato de aprender a ler e escrever deve começar a partir de uma compreensão muito abrangente do ato de ler o mundo, coisas que os seres humanos fazem antes de ler a palavra. Até mesmo historicamente, os seres humanos primeiro mudaram o mundo, depois revelaram o mundo e, a seguir, escreveram as palavras. Os seres humanos não começaram por nomear A! F! N! Começaram por libertar a mão e apossar-se do mundo.” (FREIRE, 2011, p.15).

No que se refere ao âmbito da educação é fundamental romper com a discriminação que existe em relação aos saberes dos povos originários. Se a função da educação é a formação de um cidadão crítico, ela precisa incorporar todos os conhecimentos que apontem nessa direção. Esses saberes (etnobiologia, etno ecologia, etno astronomia etc) carregam possibilidades de uma educação menos fragmentada e alienante, de uma estética mais rica além de uma ética mais humana.

Um ponto de destaque do pensamento indígena é lugar o papel do ser humano em relação ao meio. Na cultura ocidental se pensa o homem como um ente separado do meio, e ainda superior a ele o que permite que esse meio seja objetificado e abusado. Por outro lado, nas culturas nativas o homem é visto como mais um ente em uma trama de relações do ecossistema, o que está muito mais de acordo com os estudos ecológicos. Esse ponto devia ser focado pela biologia e pela geografia quando tratam do meio ambiente.

As sociedades originárias não são entes passivos em seu meio, mas que pelo contrário são comunidades carregadas de intencionalidade tanto quanto a sociedade dominante. Elas foram ao longo dos séculos capazes de construir paisagens equilibradas e em constante enriquecimento. Isso contrasta profundamente como o modo capitalista de construir que constrói paisagens cada vez mais pobres e desequilibradas. Para tanto seria interessante contrastar com mitos moderno (que não pensamos que sejam mitos) como crescimento econômico, desenvolvimento e acumulação, que moldam o nosso modo ocidental e a leitura que fazemos do mundo.

Para os Kaingang é o passado *vãsy* que ajuda a imprimir sentido ao presente *urí*. Essa sobreposição de tempos poderia ser trabalhada nos estudos do espaço urbano (FREITAS, 2005; 2014) O espaço urbano de nossas cidades é também uma coleção de tempos sobrepostos, que ficam impressos no espaço construído. No pensamento do geógrafo Milton Santos essas sobreposições são chamadas de rugosidades do espaço e mostram um reflexo das relações sociais predominantes em cada período sobreposto. A cidade atual é um espaço construído em torno do individualismo, priorizando espaços de uso privatizados e segregados, a escola poderia ser um ponto de contestação dessa lógica, recorrendo ao modo como os povos indígenas constroem seu espaço poderia propor uma outra lógica de construção do espaço local. Assim como nos espaços indígenas poderia se construir um espaço voltado ao compartilhamento a dádiva e a prioridade do coletivo, incluindo os elementos naturais nessa teia de relações.

Algumas iniciativas bem-sucedidas de hortas e praças comunitárias construídas em terrenos abandonados em grandes cidades são um bom exemplo. Esses pontos se tornam

locais de interação entre as pessoas entre si e com seu meio, possibilitam a prática de outras economias como a troca e a dádiva, que vão muito além da troca de objetos, mas sobretudo de relações humanas e de ideias de como outro mundo é possível. Como no pensamento de Paulo Freire os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo, por isso esses espaços podem ser criados e utilizados como parte das atividades escolares .

Os solos são trabalhados nas escolas a partir da classificação usada pela EMBRAPA(2006), se restringindo a seus aspectos de formação e composição. Os elementos culturais ligados ao solo são ignorados. As classificações de solos feitas por comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, caiçaras etc) poderiam trabalhadas em paralelo mostrando como esses grupos procuram compreender e interagir com o seu meio. Nesse ponto seria interessante comparar o modo como os grupos guaranis se utilizam da paisagem dividindo as zonas de uso por critérios diferentes dos ocidentais, e mostrar a eficiência dessa classificação e valorizando seus componentes míticos.

A cartografia é um importante elemento de zoneamento ecológico e de recursos. Mas esse mapeamento é sempre uma forma de mapear fenômenos e recursos a partir do interesse de governos e empresas, o etnomapa mostra como uma comunidade pode mapear seus recursos materiais e simbólicos a partir de seus próprios interesses e necessidades. A partir disso se pode trabalhar mapas de interesse da própria comunidade escolar de forma artesanal ou mesmo digital usando plataformas colaborativas como open street map.

## 11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje percebemos que não basta procurar meios que agridam menos, a degradação ambiental atual, exige uma presença humana regenerativa. Observando os elementos específicos das culturas dos povos guarani e kaingang, podemos concluir que existem várias possibilidades de contribuição dessas culturas para o ensino de ciências ambientais, especialmente no ambiente escolar. São pontos de contato que mostram a possibilidade de interação do saberes escolares e dos saberes desses povos.

A relação entre a preservação do ambiente como um ponto necessário a preservação da cultura surge aqui como algo de extrema importância. Tanto guaranis como kaingangs concebem o tempo como cíclico permitindo a vivência e a retomada do passado reparadores do presente. Isso difere do modo linear com que as sociedades ocidentais concebem o tempo, em sua concepção o tempo presente precisa sempre superar o e se distanciar do passado que é visto como atraso. No senso comum tudo que é novo é sempre melhor, sem considerar qualquer qualidade objetiva da novidade. Isso permite que se aceite como positiva a acumulação infinita e a superexploração dos recursos, visto que o passado precisa ser superado. Faria muito bem à formação de cidadãos críticos a discussão em torno das diferenças entre nossas concepções do tempo e as concepções dos povos indígenas. A geografia tem essa possibilidade através da discussão do tempo expresso no espaço construído, o que Milton Santos chama de rugosidade do espaço. Pois nesse momento a cultura ocidental encontra seu modo de vida inviabilizado a longo prazo e impossibilitado de continuidade futura por causa da destruição do ambiente. O modo como os kaingangs e guaranis lidam com isso pode ensinar que as ações de hoje determinam a continuidade da comunidade e da reprodução da cultura.

Pode-se pôr em questão a visão extrativista ocidental e a permanência das sociedades através da discussão dos elementos água, solo e vegetação. São elementos que sempre são vistos como separados no ensino escolar, mas que tem uma relação indissociável. Essa relação indissociável que frequentemente falta no ensino escolar está sempre presente nas concepções de mundo das sociedades indígenas. A abordagem desses elementos em conjunto e em diálogo com as concepções ameríndias poderia enriquecer o ensino escolar.

Como exemplo de como a água é necessária a reprodução da cultura, na produção dos alimentos, na produção industrial, consumo, higiene e lazer. a destruição desse recurso limita tremendamente a qualidade de vida. Existe uma contradição fundamental entre a exploração desenfreada causada pela busca de lucro econômico imediato e a continuidade da vida. Nesse

sentido seria interessante incorporar a discussão da continuidade de nossa cultura a perspectiva de bem viver vindas das culturas indígenas ( a continuidade da cultura e o a busca de elementos para viver uma vida ética).

A distribuição da população pelo território nacional mostra que essa população se concentra sempre próxima ao o litoral e nas proximidades de grandes corpos hídricos. Isso também ocorre com as populações indígenas Os Guarani tem ocupado preferencialmente as margens dos grandes rios e o litoral enquanto os Kaingangs ocupam áreas próximas de fontes e de rios. A grande diferença que se percebe nessas entre a ocupação feita pelos povos indígenas e o restante da população está na preservação desses corpos hídricos como um condicionante dessa ocupação. Enquanto vemos na sociedade nacional uma constante degradação dos corpos hídricos ocupados. Esse aspecto deveria ser discutido quando em sala de aula se estuda a ocupação do território e a distribuição da população brasileira, mostrando que existem outras possibilidades de ocupação do território mais viáveis que a atual. A água permeia o ambiente como um todo interligando o solo e a vegetação, influenciando e sendo influenciada por esses elementos. A presença da vegetação tem impacto na disponibilidade hídrica, fazendo com que a chuva, que cai nas encostas, escoe lentamente permitindo que a água escoe por mais lentamente, tendo tempo para penetrar mais profundamente no solo, permitindo a presença da água por mais tempo. Ao mesmo tempo permitindo não permite que o impacto da água sobre o solo venha desagregar e degradar o solo, desse modo temos a preservação das características do solo, ao mesmo tempo o solo não é carregado para os corpos hídricos preservando esses ambientes e mantendo a disponibilidade de água de boa qualidade.

A discussão dessas percepções sobre a relação entre água vegetação e solo são especialmente importantes no nas áreas litorâneas do Paraná. O não reconhecimento da importância dessas relações teve em um passado recente, graves consequências sobre as populações e o meio ambiente litorâneo. Com escorregamentos de encostas ocupadas degradadas, assoreamento dos rios e corpos hídricos e a fragilidade da ocupação humana durante eventos climáticos extremos. Esses eventos que tem se tornado mais frequentes trazem graves consequências ambientais, humanas e econômicas .

Essa cultura de preservação dos elementos ambientais podem ser discutidos a partir de alguns elementos. O modo de ocupação que determina a intensidade de uso de cada zona mostra uma consciência das dinâmicas presentes nessas áreas. A proteção de encostas e topos de morro é contemplada pela classificação da paisagem feita pelos guaranis e pode ser discutida em conjunto com as formas de zoneamento de uso feita no ocidente.



Essa pesquisa buscou trazer uma contribuição para o diálogo intercultural com os saberes indígenas. Embora a articulação entre os saberes dos povos indígenas e os saberes e do ensino escolar não seja tão fácil, ela nos apresenta uma riqueza de possibilidades tão grande que vale todo o esforço no sentido de aprofundar esse diálogo. Pois a vida sai enriquecida com novas perspectivas sobre o mundo e novas abordagens possíveis da realidade. Elementos da realidade como a afetividade e a espiritualidade que normalmente são excluídos pela linguagem austera da ciência ocidental podem ganhar seu espaço através do diálogo. Criticando a geografia tradicional de corte positivista geógrafos como Yves Lacoste( 1977) e Ruy Moreira(1982) mostraram que a geografia precisa ser mais que uma descrição do mundo como ele é, questionando o motivo de o mundo ser como é de como outros mundos são possíveis. Esse diálogo entre a geografia e os saberes indígenas podem apontar direções para a construção de outros mundos. Especialmente desmascarando a ideologia extrativista como único modo possível de relação com o ambiente.

A geografia escolar crítica busca desvendar as máscaras sociais que encobrem a perversidade de uma sociedade injusta, discriminatória e extrativista, baseada em mitos econômicos e políticos. Se entrar em diálogo com esses outros mundos baseados em outros mitos encontrará subsídios para construir outra lógica societária. Por isso é preciso criar espaços de diálogo para que essas outras vozes falem e desvendem outras possibilidades para a nossa relação com o mundo, um mundo multifacetado construído pelo diálogo intercultural.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos/** Alberto Acosta. São Paulo: autonomia literária, Elefante, 2016. 264p.

AGUIRRE NEIRA, J. C. **Ocupação Territorial de Indígenas Mbyá-Guarani. Reflexões a partir da formação da Aldeia Itanhaen, em Santa Catarina – Brasil.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2008.

ALMEIDA, C. S. **Tempo, memória e narrativa Kaingang no oeste catarinense: a tradição Kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na Terra Indígena Xapecó.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135780> Acesso em: 11 de dezembro. 2017.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado.** 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

AMARAL, A. M. **Conhecimento e uso de plantas pelos Kaingang na terra indígena Guarita/RS.** Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, UFSC, Florianópolis, 2015.

ARAÚJO, J. C. L. **Atributos do Solo na Interpretação do Conhecimento de Índios Guarani. Mbya sobre Terras para Agricultura. Seropédica.** Dissertação de Mestrado em Ciências, UFRJ, Rio de Janeiro 2007. Disponível em: <http://localhost:8080/tede/handle/tede/274> Acesso em: 11 de dezembro. 2017.

ATAIDE, M. S; MARTINS, A. L. U. A Etnocartografia como ferramenta de gestão. In: **Anais do XXII Congresso Brasileiro de Cartografia e Simpósio de Geotecnologias para Petróleo.** Macaé-RJ, 2005.

BENTO, A. K. **Kujá e suas ervas medicinais.** Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Intercultural Indígena. UFSC 2015. disponível em <http://licenciaturaindigena.ufsc.br/files/2015/04/Armandio-Bento.pdf>. Acesso em: 11 de dezembro. 2017.

BERGAMASCHI, M.A. (Org.). **Povos Indígenas & Educação.** 2ª. Ed. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2012.

BONAMIGO, Z.M. **A economia dos Mbya-Guaranis: trocas entre homens e entre deuses e homens na Ilha da Cotinga em Paranaguá-PR.** Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Paraná, 2006. disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/6054>. Acesso em: 11 de dezembro. 2017.

BONOMO, M.; ANGRIZANI, R. C.; APOLINAIRE, E.; NOELLI, F. S. **A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and litoral zone or southern Brazil.** In: Quaternary International, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.quaint.2014.10.050>. Acesso em: 10 out. 2017

BRANDÃO, C. R. Os Guarani: índios do Sul - religião, resistência e adaptação. **Revista de Estudos Avançados** Vol. 04 N. 10 São Paulo: USP Setembro/Dezembro 1990 p.53-90  
CONTINI, A. Z.; CASTILHO, M. A.; COSTA, R. B. A erva-mate e os Kaiowá e Guarani: da abordagem etnobotânica à promoção do desenvolvimento local. **Interações** (Campo Grande) [online]. 2012, vol.13, n.2, pp.161-168. ISSN 1518-7012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1518-70122012000200003>. Acesso em: 06 out. 2017

CASTRO, P. A. S; **Ângelo Cretã e a retomada das terras indígenas no Sul do Brasil.** Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Parana, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Defesa: Curitiba,2011. Disponível em <https://hdl.handle.net/1884/26277>, Acesso em: 10 out. 2017

DINIZ, M. Â. Análise do relevo para otimização do uso e ocupação do terreno utilizando SIG. Belo Horizonte, 2002. 29 p. **Monografia de Especialização** – Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Cartografia. Disponível em <http://www.csr.ufmg.br/geoprocessamento/publicacoes/maria%20angela%20vilaca.PDF>. Acesso em: 10 out. 2017

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema brasileiro de classificação de solos. Rio de Janeiro, 2006. 412p

ENGE, T. R. A cultura kaingang como expressão geográfica da territorialidade e da educação indígena no município de Charrua-RS. **Dissertação de Mestrado** em Geografia. Centro de Ciências Naturais e Exatas. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria,126f. 2010.

FEIJÓ, C. T. Entre Humanos, Deuses e Plantas: uma etnografia sobre as perspectivas Mbyá Guarani na manutenção das *kokue* contemporâneas. 2015. 135 f. **Dissertação de Mestrado**– Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/ri/2828>. J. Acesso em: 10 out. 2017

FERNANDES, F.R. A formação e atuação de professores pedagogos indígenas no Paraná. **Dissertação de Mestrado em Educação**. Universidade Estadual de Maringá. 2016.

FERREIRA, M. C. (1997) Mapeamento de unidades de paisagem com Sistemas de Informação Geográfica: alguns pressupostos fundamentais. **G e o g r a f i a**, v. 22, n. 1, p. 23-36.

FRANCO, A. R. Etnocartografia e análise dos valores da geodiversidade com comunidades tradicionais de artesãos em pedra-sabão da região do quadrilátero ferrífero Minas Gerais. **Dissertação de Mestrado** - Programa de Pós Graduação em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Andre\\_Franco2/publication/280598739\\_ETNOCARTOGRAFIA\\_E\\_ANALISE\\_DOS\\_VALORES\\_DA\\_GEODIVERSIDADE\\_COM\\_COMUNIDADES\\_TRADICIONAIS\\_DE\\_ARTESAO\\_EM\\_PEDRA\\_SABAO\\_DA\\_REGIAO\\_DO\\_QUADRILATERO\\_FERRIFERO\\_MINAS\\_GERAIS/links/55bccd7708ae092e9663711b/ETNOCARTOGRAFIA-E-ANALISE-DOS-VALORES-DA-GEODIVERSIDADE-COM-COMUNIDADES-TRADICIONAIS-DE-ARTESAO-EM-PEDRA-SABAO-DA-REGIAO-DO-QUADRILATERO-FERRIFERO-MINAS-GERAIS.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Andre_Franco2/publication/280598739_ETNOCARTOGRAFIA_E_ANALISE_DOS_VALORES_DA_GEODIVERSIDADE_COM_COMUNIDADES_TRADICIONAIS_DE_ARTESAO_EM_PEDRA_SABAO_DA_REGIAO_DO_QUADRILATERO_FERRIFERO_MINAS_GERAIS/links/55bccd7708ae092e9663711b/ETNOCARTOGRAFIA-E-ANALISE-DOS-VALORES-DA-GEODIVERSIDADE-COM-COMUNIDADES-TRADICIONAIS-DE-ARTESAO-EM-PEDRA-SABAO-DA-REGIAO-DO-QUADRILATERO-FERRIFERO-MINAS-GERAIS.pdf). Acesso em: 11 de dezembro. 2017.

FREIRE, P. **Alfabetização: Leitura do mundo, leitura da palavra?** Paulo Freire, Donaldo Macedo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, A. E. C. Garra de jaguar, botão de camisa, cartucho de bala: um olhar sobre arte, poder, prestígio e xamanismo na cultura material Kaingang. **Revista Mediações**. Londrina, v. 19 n. 2, p. 62-83, JUL./DEZ. 2014.

\_\_\_\_\_. Territórios Ameríndios: espaços de vida nativa no Brasil Meridional. In: BERGAMASCHI, M.A. (Org.). **Povos Indígenas & Educação**. 2ª. Ed. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2012.

\_\_\_\_\_. Estudos Complementares ao EIA/RIMA referentes ao Componente Indígena voltado ao processo de Licenciamento Ambiental do Sistema de Reforço Eletroenergético à Ilha de Santa Catarina e Litoral Catarinense - TI M'Biguaçu. **Relatório Técnico**. Florianópolis, 2007.

\_\_\_\_\_. *Mrur Jykre* a cultura do cipó: territorialidades Kaingang na margem leste do Lago Guaíba, Porto Alegre, RS.2005. 457 f. **Tese de Doutorado** – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2005.

FREITAS, A. E. C., DOUGLAS, J. R. Nas tramas de uma ecologia kaingang *nanh ga*: enlace, afeto e tradução. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado e MENDES, José Manuel. **Alice Metodologias**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, no prelo.

FREITAS, A.E.C. e ROKÀG, Francisco dos Santos. O kujà e o sistema de medicina tradicional kaingang – “por uma política do respeito”: Relatório do II Encontro dos Kujà, Terra Indígena Kaingang Morro do Osso, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**. v. IV, n°7/8. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2007.

GONÇALVES, C.W. P. **Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

HARARI, Y. N. **Sapiens – Uma Breve História da Humanidade**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017. 464 p.

HARLEY, B. **Mapas, saber e poder**. Confins, v. 13, n. 05, p. 1 – 24, 2009. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2011/geografia\\_artigos/6art\\_ma pas\\_saber\\_poder.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2011/geografia_artigos/6art_ma pas_saber_poder.pdf). Acesso em: 10 out. 2017

KOENIGSWALD, G. **Die Corôados im südlichen Brasilien** in: Globus, v. 94, p. 27-32, p. 45-49. Braunschweig, 1908. disponível em <http://www.portalkaingang.org/Downloads/Koenigswald%20%20Die%20Coroados%20im%20sudlichen%20Brasilien%201908.pdf> Acesso em: 11 de dezembro. 2017.

IBGE. **Manual de classificação da vegetação brasileira**. Série Manuais Técnicos em Geociências, n. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. 92 p.

INÁCIO, J. C. **Zoneamento etno-ambiental da terra indígena de Ligeiro**: um estudo com base na ecologia de paisagem. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ecologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2005. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8291> Acesso em: 11 de dezembro. 2017.

IRIARTE, J; DEBLASIS, P; MAYLE, F; CORTELETTI, R; FRADLEY, M; CARDENAS, M. L; SOUZA, J. G. Paisagens Jê Meridionais: ecologia, história e poder numa paisagem transicional durante o Holoceno Tardio **Cadernos do LEPAARQ** Vol. XI , n°22, 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.15210/lepaarq.v11i22.4147> Acesso em: 11 de dezembro. 2017.

IRIARTE, JOSÉ ; MOEHLECKE COPÉ, SILVIA ; FRADLEY, MICHAEL ; LOCKHART, JAMI J. ; GILLAM, J. CHRISTOPHER . **Sacred landscapes of the southern Brazilian highlands**: Understanding southern proto-Jê mound and enclosure complexes. *Journal of Anthropological Archaeology (Print)* , v. 32, p. 74-96, 2013. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/257117792\\_Sacred\\_landscapes\\_of\\_the\\_southern\\_Brazilian\\_highlands\\_Understanding\\_southern\\_proto-Je\\_mound\\_and\\_enclosure\\_complexes](https://www.researchgate.net/publication/257117792_Sacred_landscapes_of_the_southern_Brazilian_highlands_Understanding_southern_proto-Je_mound_and_enclosure_complexes) em Acesso em: 11 de dezembro. 2017.

ITCG/SIMEPAR. **Mapa Climático do Estado do Paraná** – 1.2000.000. Instituto de Terras Cartografia e Geodésia – [www.itcg.pr.gov.br](http://www.itcg.pr.gov.br)– 2008 disponível em <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/faq/category.php?categoryid=9#> Acesso em: 11 de dezembro. 2017.

ITCG. **Mapa Geomorfológico do Estado do Paraná** – 1.2000.000. Instituto de Terras Cartografia e Geodésia – [www.itcg.pr.gov.br](http://www.itcg.pr.gov.br)– 2008 disponível em <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/faq/category.php?categoryid=9#> Acesso em: 11 de dezembro. 2017.

ITCG. **Mapa de Solos do Estado do Paraná** – 1.2000.000. Instituto de Terras Cartografia e Geodésia – [www.itcg.pr.gov.br](http://www.itcg.pr.gov.br)– 2008 disponível em <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/faq/category.php?categoryid=9#> Acesso em: 11 de dezembro. 2017.

ITCG. **Mapa de Vegetação do Estado do Paraná** – 1.2000.000. Instituto de Terras Cartografia e Geodésia – [www.itcg.pr.gov.br](http://www.itcg.pr.gov.br)– 2008 disponível em <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/faq/category.php?categoryid=9#> Acesso em: 11 de dezembro. 2017.

JACINTO DA ROSA, D.; FREITAS, A. E. C. O “Bem Viver” Kaingang e seus desafios: o exercício do direito de petição e sua aplicação no processo de reconhecimento territorial in: FREITAS, A.E.C. (org.) **Intelectuais indígenas e a construção da universidade pluriétnica no Brasil** [recurso eletrônico]: povos indígenas e os novos contornos do programa de educação tutorial/ conexões de saberes. 1. ed. - Rio de Janeiro: E-papers, 2015. disponível em <http://laced.etc.br/site/arquivos/LIICUPBR001.pdf>. Acesso em: 10 de Abril. 2017.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

LACOSTE, Y. **A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977

LADEIRA, M.I. **O Espaço Geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso**. São Paulo: EDUSP, 2007.

LAPPE, E; LAROQUE, L. F. S. Indígenas e Natureza: a reciprocidade entre os Kaingang e a natureza nas Terras Indígenas *Por Fi Gâ, Jamã Tÿ Tãnh e Foxá*. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), v. 34, p. 147-156, 2015. Acesso em: 10 de Abril. 2017.

LEONEL, M. O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 40, p. 231 – 250, São Paulo, 2000. p. 232. disponível em <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9556/11125> Acesso em: 10 de Abril. 2017.

LIMA, V. C. **Conhecendo os principais solos do Paraná: abordagem para professores do ensino fundamental e médio** / Valmiqui Costa Lima: Marcelo Ricardo de Lima; Vander de Freitas Melo. – Curitiba: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo / Núcleo Estadual do Paraná, 2012. vi + 18 p.

MAACK, R. **Geografia Física do estado do Paraná** / Reinhard Maack. –3ª edição Curitiba: imprensa oficial, 2002. 440p

MELLO, N. A; SILVA, L. Etnopedologia e os saberes tradicionais: relações com segurança alimentar, ambiental e cultural. In: **Anais da 64ª Reunião Anual da SBPC** – São Luís, MA – Julho/2012

MINEROPAR. **Atlas geomorfológico do Paraná - Escala base de 1:250.000 modelos reduzidos 1:500.000/ Minerais do Paraná**; Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006. Disponível em [http://www.mineropar.pr.gov.br/arquivos/File/2\\_Geral/Geomorfologia/Atlas\\_Geomorforlogico\\_o\\_Parana\\_2006.pdf](http://www.mineropar.pr.gov.br/arquivos/File/2_Geral/Geomorfologia/Atlas_Geomorforlogico_o_Parana_2006.pdf). Acesso em: 11 de dezembro. 2017.

MINEROPAR/UFPR. **Atlas Geomorfológico do Estado do Paraná**. Nota Explicativa da Folha SG 22\_X\_D. 1a. ed. (OKAFIORI, C.; CANALI, N. E.; SANTOS, L. J. C. ; FIORI, A. P. ; SILVEIRA, C. T. ; BRISKI, S. Coords.) Curitiba, 2007. 59 p.

MINEROPAR. **Serviço Geológico do Paraná**. Geologia e Recursos Minerais do Estado do Paraná. Curitiba : Mineropar, 2014. 193 p

- MOREIRA, R. **A Geografia serve para desvendar máscaras sociais**. In: MOREIRA, Ruy. **Geografia: Teoria e Crítica**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982, p.33-63
- MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**. A História épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2ª ed revisada e ampliada. Maringá: EDUEM, 2009. 301 p.
- MOUZER, M. V. S. Cartilha Agroflorestal Mbya Guarani, Saberes *Yva`a*. **Trabalho de Conclusão de Curso** - Graduação em Ciências Biológicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. <http://hdl.handle.net/10183/49232> Acesso em: 11 de dezembro. 2017.
- NASCIMENTO, D. **A Resiliência do sistema agrícola tradicional Kaingang frente ao avanço do agronegócio**: O caso da Terra Indígena Nonoai- RS / Dissertação de Mestrado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT) . BrasíliaDF, 2017. 100 p.
- NINHPRYG, A. D. O BEM VIVER KAINGANG: Perspectivas de um modo de vida para construção de políticas sociais com os coletivos indígenas 2016. Trabalho de Conclusão de **Curso Trabalho de conclusão de curso** apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Porto Alegre, 2016. disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/148630>. Acesso em: 11 de dezembro. 2017.
- NIMUENDAJU, C. 104 mitos indígenas nunca publicados in: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, IPHAN, n. 21, p. 86-88, Rio de Janeiro, 1986. Disponível em [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Animuendaju-1986-mitos/nimuendaju\\_1986\\_mitos.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Animuendaju-1986-mitos/nimuendaju_1986_mitos.pdf). Acesso em: 11 de dezembro. 2018.
- NOELLI, F. S.; SOUZA, J.G. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 12, n. 1, p. 57-84, jan.-abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000100004>. Acesso em: 11 de dezembro. 2017.
- PALADINO, M; GARCÍA, S.M. (Org.). **La escolarización en los pueblos indígenas americanos: impactos y desafíos**. Quito: Abya-Yala. 429pp. 2011.
- PARANÁ. **Mapeamento da Floresta Atlântica do Estado do Paraná. Cartilha de Apoio à Interpretação das Cartas de Vegetação**. Curitiba, Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2002. 40 p.
- PARELLADA, M. Paisagens transformadas: a arqueologia de povos Jê no Paraná, Sul do Brasil **R. Museu Arq. Etn.**, 27: 158-167, 2016 disponível em <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2016.137300> Acesso em: 11 de dezembro. 2017. Acesso em: 16 de dezembro. 2017.



PEDROTTI, F.; MARTINELLI, M. Martinelli, M., & Pedrotti, F. **A cartografia da unidade de paisagem: questões metodológicas**. Revista Do Departamento De Geografia, 14, 39-46.(2001). <https://doi.org/10.7154/RDG.2001.0014.0004>. Acesso em: 11 de dezembro. 2017.

PEREIRA, G.S.; NOELLI, F. S.; CAMPOS, J. B.; SANTOS, M. P.; ZOCHE, J. J. Ecologia Histórica Guarani: as plantas utilizadas no Bioma Mata Atlântica do litoral sul de Santa Catarina, Brasil (Parte 1). **Cadernos do LEPAARQ**, v. 13, p. 199-246(UFPEL) Pelotas, 2016 <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/7608/6507>. Acesso em: 11 de dezembro. 2017.

PÖRSCH, J. Saberes da natureza e conhecimento etnobotânico indígena : o caso da comunidade kaingang na terra indígena do guarita. **Trabalho de conclusão do curso de graduação tecnológica em planejamento e gestão para o desenvolvimento rural**. UFRG 2011. disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/52340>. Acesso em: 11 de dezembro. 2017.

POSEY, D. Introdução à Etnobiologia: Teoria e Prática. In: Ribeiro, Darcy (editor); Ribeiro, Berta G. (coord.) **Suma Etnológica Brasileira** Vol. 1: Etnobiologia, p. 15-26 Petrópolis: Vozes, Finep, 1986.

ROSA, R. R. G. "Os Kujà São Diferentes": Um estudo etnológico do complexo xamânico dos Kaingang da Terra Indígena Votouro. **Tese de Doutorado** – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre. 2005.

Sampaio, Theodoro. **O Tupi na Geographia Nacional**. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica. 1901.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, Hucitec, 1996. 120p.

SANTOS, M. Território e dinheiro. In: **Revista GEOgraphia**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB, v.1, n1. p. 7 a 13, 1999. disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/2/2>.

SANTOS, G. M; SANTOS, P. R. **Práticas culturais Kaingáng na Terra Indígena Xapecó: Relatos sobre a caça e pesca na aldeia Olaria**. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Licenciatura Intercultural Indígena.UFSC. 2015. Disponível em:

<http://licenciaturaindigena.ufsc.br/files/2015/04/Gilmar-Mendes-e-Paulo-Roberto.pdf>. Acesso em: 12 de outubro. 2017.

SCHMITZ, P. I. ROGGE, J. H. **107 ‘casas subterrâneas’ no início do povoamento Jê Meridional em Santa Catarina: Rincão dos Albinos** 2011. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n. 21, p. 185-204, 2011. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89972> Acesso em: 13 de dezembro. 2017.

SILVA, J. B. S. **Territorialidade Kaingang: um estudo da aldeia Kaingang Linha Glória, Estrela – RS.** 125 f. **Trabalho de Conclusão de Curso.** História, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2011.

SILVA, L.; BORTOLINI, D.; ROTERS, D. F.; Heberle, D. A. **Levantamento Etnopedológico na Reserva Kaingang do Município de Manguerinha-PR.** In: Anais: III Simpósio Internacional de Ciência, Saúde e Território, 2015. disponível em : [https://www.researchgate.net/publication/316495833\\_LEVANTAMENTO\\_ETNOPEDOLOGICO\\_NA\\_RESERVA\\_KAINGANG\\_DO\\_MUNICIPIO\\_DE\\_MANGUERINHA-PR](https://www.researchgate.net/publication/316495833_LEVANTAMENTO_ETNOPEDOLOGICO_NA_RESERVA_KAINGANG_DO_MUNICIPIO_DE_MANGUERINHA-PR). Acesso em: 11 de setembro. 2017.

SOUZA, A. B.S. **Notícia da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi, na capitania de S. Paulo, no Governo do general Don Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, conforme as ordens de Sua Majestade.** 1768–1774. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, v.76, 1956. disponível em [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_076\\_1956.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_076_1956.pdf). Acesso em: 17 de dezembro. 2017.

TEMPASS, M. C. **As pescarias dos Mbyá-Guarani: aspectos práticos e simbólicos.** In: V Reunião Equatoriana de Antropologia e XIV Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste, 2015, Maceió - AL. Direitos diferenciados, conflitos e produção de conhecimentos.. Maceió - AL.: V REA e XIV ABANNE, 2015. disponível em : [http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts\\_download/Martin%20Cesar%20Tempass%20-%201020369%20-%203632%20-%20corrigido.pdf](http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Martin%20Cesar%20Tempass%20-%201020369%20-%203632%20-%20corrigido.pdf). Acesso em: 11 de dezembro. 2017.

TOMMASINO, K. **A ecologia dos Kaingang da Bacia do Tibagi.** In: MEDRI, Moacyr, E. et al. **A Bacia do Rio Tibagi.** Londrina: M.E.Medri, 2002.

ALMEIDA, L. K.; TOMASINO, K. **Territórios e territorialidades Kaingáng: a reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista. Mediações.** Revista de Ciências Sociais, UEL, v.19, n. 2, p. 18-42, 2014.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

VOLCOV, J. E. Cerâmica Tupiguarani e os processos de interação cultural no Alto Rio Iguaçu, PR. **Dissertação** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Antropologia , 2012. disponível <http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27058> Acesso em: 11 de dezembro. 2017.

**ACERVO MUSEU DO ÍNDIO - FOTOGRAFIA: Kaingang aldeados. Década de 1950. Disponível em [https://img.socioambiental.org/v/publico/kaingang/kaingang\\_12.jpg.html](https://img.socioambiental.org/v/publico/kaingang/kaingang_12.jpg.html)**